

# GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL QUILOMBOLA

## Elaboração de diretrizes para a gestão territorial e ambiental de territórios quilombolas e sua interface com as Mudanças Climáticas por meio da realização de oficinas formativas e informativas

### PRODUTO 2

*Relatório técnico com os resultados oficina para lideranças quilombolas nacionais com caráter formativo sobre GTA e sua interface com as Mudanças Climáticas, contendo a sistematização dos processos realizados, resoluções e encaminhamentos, incluindo o plano logístico detalhado das 4 primeiras oficinas territoriais com caráter formativo e informativo sobre GTA e sua interface com as Mudanças Climáticas*

*Fevereiro de 2018*



# **GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL QUILOMBOLA**

*Relatório técnico com os resultados oficina para lideranças quilombolas nacionais com caráter formativo sobre GTA e sua interface com as Mudanças Climáticas, contendo a sistematização dos processos realizados, resoluções e encaminhamentos, incluindo o plano logístico detalhado das 4 primeiras oficinas territoriais com caráter formativo e informativo sobre GTA e sua interface com as Mudanças Climáticas*

**PRODUTO 2**  
*Fevereiro de 2018*

## **FICHA TÉCNICA**

### **REALIZAÇÃO**

Instituto Socioambiental – ISA

### **COORDENAÇÃO**

Raquel Pasinato

### **EQUIPE TÉCNICA**

Anna Maria Andrade

Frederico Veigas de Freitas - ISA

Milene Maia Oberlaender- ISA

Raquel Pasinato - ISA

### **APOIO TÉCNICO**

Katia dos Santos Penha e Ronaldo dos Santos – Negra Anastácia

Aparecida Nascimento Oliveira - Quilombo Estiva - Garanhuns - PE

Bernadete Pacífico Moreira - Quilombo/ Pitanga dos Palmares - Simões Filho – BA

Janileia Silva Gomes – Quilombo Frechal - Mirinzal - MA

Nilce de Pontes Pereira dos Santos -Quilombo Ribeirão Grande - Barra do Turvo – SP

### **DESENHO DA METODOLOGIA E MODERAÇÃO DA OFICINA**

Liliana Mari Lino Pires - Instituto de Desenvolvimento Social

### **TEXTO E EDIÇÃO**

Liliana Mari Lino Pires

Milene Maia Oberlaender

# ÍNDICE

APRESENTAÇÃO.....	1
PARTE I – RELATÓRIO DA 1ª OFICINA NACIONAL.....	2
OBJETIVOS, FIOS E PROGRAMA GERAL DA OFICINA.....	2
A GTA EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS .....	4
1º passo - PRINCIPAIS DESAFIOS NOS TERRITÓRIOS .....	4
2º passo - AS DIMENSÕES DA VIDA NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS .....	4
3º passo - A GTA NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS .....	6
A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA NACIONAL DE GTA .....	8
MESA DE ABERTURA DA OFICINA .....	8
BREVE APRESENTAÇÃO DO HISTÓRICO DO PROCESSO .....	9
EXPECTATIVAS PARA O PROCESSO.....	10
DIÁLOGO SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AGENDA NACIONAL .....	12
PREPARAÇÃO DAS OFICINAS TERRITORIAIS .....	14
ELEMENTOS DO EDITAL RELACIONADOS ÀS OFICINAS TERRITORIAIS .....	14
DESENHO GERAL DAS OFICINAS TERRITORIAIS (TEMAS / FOCO DE CADA DIA) .....	14
SUGESTÕES PARA O DESENHO GERAL .....	15
ENTREVISTAS COM PONTOS FOCAIS DOS TERRITÓRIOS .....	15
ACORDOS SOBRE AS OFICINAS TERRITORIAIS .....	16
PRÓXIMOS PASSOS E ENCAMINHAMENTOS PARA AS OFICINAS TERRITORIAIS .....	17
AVALIAÇÃO FINAL DA OFICINA.....	18

PARTE II – PLANO LOGÍSTICO DAS PRIMEIRAS QUATRO OFICINAS TERRITORIAIS .....	19
INTRODUÇÃO.....	19
1. RESEX QUILOMBO DO FRECHAL:.....	20
2. QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE (SP):.....	22
3. QUILOMBO DE ESTIVAS (PE) .....	25
4. QUILOMBO PITANGA DOS PALMARES – SIMÕES FILHO (BA).....	26
ANEXOS.....	29
ANEXO 1.    MINUTA PRELIMINAR DE DIRETRIZES.....	29
ANEXO 2.    ROTEIRO DA ENTREVISTA COM PONTOS FOCAIS .....	43
ANEXO 3.    LISTAS DE PRESENÇA DA 1ª OFICINA NACIONAL.....	45
ANEXO 4.    INFORMATIVO SOBRE O PROCESSO DE DIÁLOGO SOBRE GTA            51	
ANEXO 5.    PARTICIPANTES DAS OFICINAS DA RESEX QUILOMBO DO FRECHAL E QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE .....	54

# APRESENTAÇÃO

Dando seguimento ao processo de informação e formação de quilombolas e outros atores a respeito da Gestão Territorial e Ambiental - GTA e sua interface com as Mudanças Climáticas e de construção de diretrizes que possam subsidiar a elaboração futura de uma Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Quilombola, este produto apresenta o relatório da 1ª Oficina Nacional e o Plano logístico das 4 primeiras Oficinas Territoriais (Parte I) e o Plano logístico das 4 primeiras Oficinas Territoriais (Parte II).

A 1ª Oficina Nacional foi realizada no Instituto São Boaventura em Brasília – DF nos dias 23 e 24 de janeiro de 2018, e contou com a participação dos pontos focais dos 8 territórios quilombolas que receberão as oficinas, assim como de representantes dos órgãos governamentais que compõem o Grupo de Trabalho - GT em Gestão Territorial e Ambiental – GTA Quilombola. Participaram também a equipe do Instituto Socioambiental - ISA e a equipe da Negra Anastácia - NA, estes contratados pelo Departamento de Extrativismo - DEX do Ministério do Meio Ambiente - MMA como executores do processo.

O Plano logístico das 4 primeiras Oficinas Territoriais foi elaborado pelo Instituto Socioambiental - ISA em diálogo com a Negra Anastácia – NA e com os pontos focais de cada território a ser anfitrião destas oficinas.

# PARTE I – RELATÓRIO DA 1ª OFICINA NACIONAL

## OBJETIVOS, FIOS E PROGRAMA GERAL DA OFICINA

### OBJETIVOS

- Compartilhar ideias e conhecimentos sobre Gestão Territorial e Ambiental no contexto quilombola e sua relação com as Mudanças Climáticas.
- Entender os passos do processo de informação e construção de uma estratégia nacional de GTA Quilombola.
- Iniciar a preparação das Oficinas Territoriais.

### FIOS DA OFICINA

O diálogo e construção de conteúdo na oficina foi feito a partir de três fios:

- GTA em Territórios Quilombolas
- A construção de uma agenda nacional de GTA
- Preparação das Oficinas Territoriais

### PROGRAMA GERAL

#### Dia 1

##### **Abertura da oficina**

- |         |  |
|---------|--|
| 09:00 h | Mesa de Abertura – Juliana Simões – MMA, Jonhny Martins – CONAQ e Adriana Santos - ISA |
| 09:30 h | Apresentação do histórico do processo de diálogo e construção sobre GTA e do projeto   |
| 10:00 h | Mística de abertura  |
| 10:15 h | Apresentação dos participantes e expectativas para a Oficina                           |

*Intervalo para café*

## **GTA em TQs – Partindo da realidade da vida nos territórios**

11:15 h Trabalho em grupos

*Almoço*

14:30 h Apresentação do resultado dos grupos e complementação com o conteúdo da Minuta

*Intervalo para café*

### **A construção de uma agenda nacional de GTA – Entendendo o processo**

16:30 h Diálogo em dois grupos:

- Quilombolas – dúvidas, percepções e sugestões para o processo de construção das diretrizes
- Governo – competências e ações dos órgãos relacionadas a GTA

18:30 h Avaliação do dia

## Dia 2

*Bom dia*

### **GTA em TQs – O que é e para que serve**

09:00 h Apresentação e diálogo em plenária

- Conceito de GTA
- Objetivos
- Estratégia nacional de GTA e governança das Políticas Públicas

*Intervalo*

### **A construção de uma agenda nacional de GTA - Preparação das oficinas territoriais**

11:00 h Apresentação do desenho geral e colheita de sugestões

*Almoço*

14:30 h Descrição de elementos dos territórios importantes a preparação das oficinas – Entrevistas em duplas com pontos focais

*Intervalo*

16:30 h Próximos passos e encaminhamentos

*Avaliação e fechamento da oficina*

## A GTA EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Este fio foi trabalhado de forma gradativa ao longo da oficina através dos seguintes passos:

### 1º passo - PRINCIPAIS DESAFIOS NOS TERRITÓRIOS

Neste momento, como parte da dinâmica de apresentação dos participantes, os participantes conversaram em pequenos grupos e em seguida apresentaram um resumo deste diálogo, quando destacaram os seguintes desafios:

- Reconhecimento e titulação dos territórios das terras
- Influência política do INCRA nas regiões dificulta demarcação dos territórios
- Políticas públicas não chegam no território, a não ser na época de eleição
- Problemas políticos com as prefeituras
- Ameaças nos territórios – especulação imobiliária, cidade chegando no território
- Violência no campo
- Problemas no entorno (ex.: implantação de aterro sanitário)
- Contaminação das águas
- Modelo de desenvolvimento adotado pelo estado não condiz com a realidade quilombola
- Dificuldades e limites para acessar as políticas públicas – confusão na gestão pelos diferentes órgãos governamentais; precisa mapear e entender os caminhos e papéis de cada órgão
- Decreto nº 4887/03 não trata do uso do território depois da desinversão, por isso pode ter mau uso – pode haver conflitos internos, e as associações e lideranças não tem a quem recorrer e o quilombo fica sem segurança

### 2º passo - AS DIMENSÕES DA VIDA NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

As dimensões da vida no território representadas na imagem abaixo foram definidas com base na Minuta com diretrizes de GTA gerada no primeiro ciclo do processo (2015/2016) e na cartilha sobre GTA elaborada pelo GT GTA), com complementações pelos participantes a partir da seguinte pergunta:

- O que mais é importante para a vida no território?



Imagem com dimensões da vida nos territórios quilombolas

Neste segundo passo, os participantes trouxeram os seguintes pontos relevantes à vida no território para complementar a imagem:

- Identidade e expressões culturais
  - Sistematização com a comunidade das práticas tradicionais
  - Práticas culturais em saúde
  - Religiosidade
  
- Governança dos territórios sobre as políticas públicas (Organização social e política)
  - Representação e participação
  - Forma com que as políticas públicas chegam no TQ
  - Acesso a recursos financeiros
  - Acesso a informação e comunicação / Informação dos gestores
  - Organização interna do TQ para ocupação depois da desintrusão
  
- Integridade do território
  - Proteção e vigilância do território
  - Segurança física
  - Violência no campo / conflitos
  - Canal institucional para garantir direitos e enfrentar violência
  
- Conservação do meio ambiente e uso sustentável dos recursos naturais
  - Recuperação de áreas degradadas
  - Gestão de recursos hídricos / segurança hídrica
  
- Sistemas de produção
  - Geração de renda
  - Fortalecer sistemas tradicionais / sementes
  
- Segurança alimentar
  - Valorizar as práticas de alimentação
  
- Educação
  - Material didático adequado
  - Formação de professores quilombolas
  
- Saúde
  - Práticas culturais em saúde
  
- Infraestrutura
  - Moradia
  - Escolas
  - Saneamento básico
  - Infraestrutura de atendimento à saúde nas comunidades
  - Estradas e transporte comunitário
  - Energia

### 3º passo - A GTA NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Neste passo, através do diálogo em grupos seguida de apresentação dos grupos, diálogo em plenária e complementação com pontos chave contidos na Minuta, buscou-se identificar as compreensões sobre GTA na realidade dos territórios. O ponto de partida foi a seguinte pergunta:

- Como as famílias e comunidades se organizam e trabalham para se manter no território e cuidar das diferentes dimensões da vida?

O conteúdo final gerado neste último passo do diálogo em torno da GTA na realidade dos territórios foi sistematizado em um grande painel, tendo como base os *itens da Minuta de diretrizes para a GTA Quilombola*, que foram apresentados aos participantes como sendo os seguintes:

- O que é GTA (Conceito)
- Para que serve (Objetivos)
- Quais os fundamentos da GTA (Princípios)
- Que ferramentas temos para fazer a GTA (Instrumentos)
- Que ações são necessárias (Objetivos específicos ou grandes ações)
- Quem são os responsáveis pela implementação da GTA e como devem trabalhar juntos (Governança)

A seguir apresenta-se o conteúdo organizado nos 4 primeiros itens acima elencados.

#### O QUE É A GTA (Conceito)

- Projeto político territorial
- Processo de planejamento do território
- Conjunto de princípios e ações de planejamento do território

#### PARA QUE SERVE A GTA (Objetivos)

- Promover direitos fundamentais
- Fortalecer processos de regularização fundiária
- Proteger e fortalecer os modos de vida
- Orientar a ocupação e o uso do território
- Proteção e vigilância do território – de seus limites, recursos, etc.
- Organizar o uso dos recursos naturais
- Orientar o manejo sustentável dos recursos naturais
- Buscar caminhos para a geração de renda
- Promover a governança das políticas públicas no território
- Manter a juventude nos territórios

#### FUNDAMENTOS PARA A GTA EM TQs (Princípios)

- Promoção da autonomia dos quilombolas no território
- Alinhamento com as demandas reais dos quilombolas
- Construção a partir da representação, do diálogo e da participação dos quilombolas

- Construção a partir do direito à consulta livre, prévia e informada
- Proteção do patrimônio cultural e histórico
- Respeito e valorização a cultura, a memória, práticas e saberes dos quilombolas
- Fortalecer as ferramentas e instrumentos já existentes
- Considerar as políticas e marcos legais existentes
- Coletividade X individualidade

#### FERRAMENTAS PARA A GTA EM TQs (Instrumentos)

- Acordos de convivência
- Acordos para o uso de um recurso natural (ex.: pescado)
- Protocolos de consulta
- Sistematização participativa de práticas
- Educação diferenciada
- Plano de uso
- Plano de manejo
- Plano Especial Quilombola – PEQ
- Registros do patrimônio histórico e cultural
- Mapeamento / Etnomapeamento / Zoneamento
- Cadastro Ambiental Rural
- Estatuto e regimento interno
- Instrumentos externos
  - Zoneamento ecológico econômico
  - Plano diretor

Após a apresentação do conteúdo acima em plenária, foi feita uma breve apresentação do conteúdo da minuta a título de complementação. Para tal, previamente à oficina, esta Minuta foi reorganizada pelo ISA, com vistas à facilitar a apropriação e o entendimento de seu rico conteúdo pelos atores envolvidos no processo (vide nova versão da minuta em Anexo 1).

## A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA NACIONAL DE GTA

Neste fio, buscou-se nivelar a compreensão dos participantes, em especial dos pontos focais dos 8 territórios que receberão as oficinas e que estão se inserindo pela primeira vez neste diálogo em torno da construção de uma agenda nacional de GTA.

Esta compreensão foi sendo trabalhada gradativamente na oficina, desde o momento de sua abertura até o momento final de definição de acordos e encaminhamentos. A seguir são apresentados os passos e o conteúdo gerado neste caminho.

### MESA DE ABERTURA DA OFICINA



Mesa de  
abertura da  
Oficina

A mesa de abertura foi composta pelo MMA, CONAQ e ISA, que destacaram os seguintes elementos sobre o processo:

#### *Adriana Ramos - ISA*

Pontuou a importância do processo de aproximação com o movimento social quilombola. Mesmo considerando as condições adversas do edital, o ISA aceitou o desafio de tocar as oficinas sobre Gestão Territorial e Ambiental Quilombola em função da demanda da CONAQ, para estreitar a parceria entre ISA e CONAQ. Entendem que este processo é uma grande oportunidade de desenvolver uma agenda positiva em um contexto desfavorável.

#### *Jhonny Martins - CONAQ*

Destacou a importância da agenda de GTA e fortaleceu a ideia de que as comunidades quilombolas do Brasil já fazem gestão ambiental de seus territórios, e que o processo deverá considerar estas relações com os territórios.

*Juliana Simões - MMA*

Agradeceu a presença dos órgãos e enalteceu a parceria com Negra Anastácia e ISA. O trabalho não vai partir do zero, trata-se de um novo ciclo para consolidar as informações do processo anterior, consolidar ações nos territórios. No Plano Brasil Quilombola não há diretrizes para o tema socioambiental, agenda de suma importância. O ministro está apoiando o desenvolvimento deste trabalho. O MMA tem interesse nessa agenda porque reconhece o papel dessas populações na conservação dos territórios. Há um rico patrimônio genético a ser conservado e protegido. Não há como dissociar o cultural do ambiental: qualidade de vida, trabalho e renda, e conservação ambiental. Importante ter como base os marcos legais já existentes, como a Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e a Convenção da Diversidade Biológica (CDB).

## BREVE APRESENTAÇÃO DO HISTÓRICO DO PROCESSO



Apresentação do histórico do processo

Para situar os participantes no processo, representantes da CONAQ, do MMA e do ISA fizeram uma breve explanação do que já aconteceu até então em termos de diálogo e construção coletiva sobre o tema de GTA no contexto quilombola. A seguir, um breve resumo da fala de cada representante.

### **Jacobson Rodrigues – DEX/MMA**

Os territórios quilombolas são importantes áreas de conservação da biodiversidade. Nesses territórios estão protegidos mais de 80% da cobertura natural.

As Unidades de Conservação (UC) são instituídas em sobreposição ou próximas desses territórios justamente porque as áreas estão preservadas. Essa conservação tem sido gestada pelas comunidades quilombolas. O que está em curso agora é uma continuidade do processo realizado em 2015/2016. Objetivo é formação e informação; e também conhecer mais as realidades locais, visualizar o que as comunidades estão fazendo de GTA, fortalecer as lideranças para que controlem o processo e possam pressionar o governo no sentido de criar a Política e implementá-la.

### **Katia Penha – Negra Anastácia**

Boas vindas aos representantes quilombolas. Importante lembrar a experiência do etnodesenvolvimento em 11 estados e o intercâmbio entre 6 territórios realizado no ciclo 2015/2016. O processo que inicia agora vem ajudar a construir a pauta e a importância da gestão territorial, para além da regularização fundiária. É preciso sentar com as comunidades e traçar os rumos dessa gestão territorial. Em 2016 e 2017 foram construindo a proposta de ampliar o processo para mais territórios, com vistas a contemplar mais estados e comunidades que no processo anterior. A ideia era contemplar mais territórios, mas houve cortes nos recursos, e foi possível definir 8 territórios para os quais será levada a pauta de GTA. Menciona as dificuldades de trabalhar com o governo devido às limitações e também de orçamento. O movimento quilombola quer criar a Política, embora ainda não saiba se vai ser possível chegar nisso no final deste processo. A interlocução e diálogo entre as várias regiões do Brasil é importante para fazer chegar a pauta nos territórios. A Negra Anastácia faz articulação e subsidia o ISA na parte logística para que o ISA aporte a parte de conteúdo e metodologia nas oficinas territoriais. A Negra Anastácia fará toda a interlocução com as comunidades. O papel é trabalhar juntos para chegar no final do processo com um bom material e um bom conteúdo a partir das oficinas regionais, e assim termos um subsídio para as políticas públicas chegarem nos territórios de forma participativa, construída a várias mãos.

### **Raquel Pasinato - ISA**

O ISA foi contratado pelo MMA junto com a Negra Anastácia. A equipe do ISA é responsável por fazer acontecer. Não estamos partindo do zero, tudo que será construído será baseado no processo.

O ISA vai organizar toda a informação gerada nesses encontros. Com a Negra Anastácia, MMA e GT para no final gerar um documento. E no final vai ver a destinação desse documento. Vamos precisar que os representantes dos territórios se empoderem disso para articular as pessoas e mobilizar a participação. Precisamos do apoio dos representantes para nos ajudar a entender as realidades locais, além dos detalhes de alimentação e hospedagem. Vai ocorrer oficinas simultâneas com a equipe dividida. Temos já muitos elementos e o momento agora é de organizar os elementos.

Por fim, apresenta o cronograma de oficinas.

## **EXPECTATIVAS PARA O PROCESSO**

Como parte da dinâmica de apresentação, os participantes conversaram em pequenos grupos e em seguida apresentaram suas seguintes expectativas para o processo:

### *Entendimento do processo*

- Entender melhor o projeto e seus resultados para as comunidades.

### *Diálogo e construção coletiva*

- Possibilitar o diálogo entre representantes do governo, sociedade civil e quilombolas e o conhecimento da realidade das comunidades
- Bom haver abertura do governo e de outras instituições para o diálogo
- Escutar o problema do outro
- Movimento social e governo, cada um no seu papel, atuando para buscar alternativas de conservação da natureza com inclusão social
- Criação de um ambiente de diálogo, cujo conteúdo vai sendo organizado em documentos, estratégias, planos e ações no território.
- Construção de diretrizes para a gestão territorial e ambiental a partir da voz dos quilombolas, e que saiam do papel e aconteçam na base

- Construção de documento que considere o anseio das comunidades e chegue ao governo

#### *Visibilidade política da pauta de GTA*

- Ocupar os diferentes espaços para dialogar e dar visibilidade à pauta de GTA

#### *Superação de desafios dos quilombolas nos territórios*

- Busca de respostas para o respeito aos nossos direitos e enfrentamento dos desafios
- Fortalecimento e garantia de nosso direito de ficar na terra, produzindo sem destruir
- Apropriação dos programas e políticas pelas comunidades – ter conhecimento, cobrar e reivindicar.
- Aportar a visão dos quilombolas na construção das políticas públicas
- Fortalecer a comunidade para ir em busca do que queremos e precisamos
- Criar mecanismos de punição para quem não cumprir as normativas do território, e assim promover a paz, união, segurança e alegria



Apresentação dos participantes

## DIÁLOGO SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AGENDA NACIONAL

Neste passo, os quilombolas, juntamente com a equipe da Negra Anastácia e do ISA, fizeram um diálogo a respeito do processo, trazendo suas percepções, dúvidas e inquietações. O resultado deste diálogo está resumido a seguir.

Entendemos que a minuta, já enriquecida nesta nova etapa, pode se tornar uma lei. Os passos para tal são: 1 – construir o documento; 2 - votar a lei; 3 - lutarmos pra lei ser cumprida. A CONAQ participou ativamente da elaboração da minuta em 2015/2016 e pode falar disso, foi fruto de uma rodada e da escuta de quilombolas em 6 territórios

Não podemos abrir mão de criar uma política nacional de GTA ou um decreto. Temos a opção de levar mais tempo construindo esta política ou não. Mas por enquanto não temos nem congresso e nem presidente para isso.

O que nos interessa? Vamos discutir isso com o governo de transição?

No processo em curso temos que refletir sobre isso e definir, e assim dar seguimento. E isso não é responsabilidade nem do ISA, nem da UnB e talvez nem do MMA.

Com base nas lideranças preparadas, conseguimos avançar na conquista do Decreto 4887. Precisamos ser ouvidos e respeitados, mas não dá pra ficar 10 anos discutindo.

Agora estamos em um novo ciclo de rodadas, temos pouco recurso para isso, estávamos pleiteando 2 milhões, mas conseguimos 25 % disso. É importante levar em conta estes limites do processo. Podemos (e devemos) sempre questionar o processo.

Mas neste caso de diálogo e construção em torno da GTA, já foi e ainda serão envolvidos quilombolas em intercâmbios e trocas de experiências, e assim fica bem mais rico, é fundamental para dar qualidade ao debate.

O básico foi feito no primeiro ciclo de diálogo e teremos agora este segundo ciclo para preparar lideranças em todos os estados. Temos que pensar em formas para avançar, com a perspectiva de chegar a política. Talvez fazer uma comissão de quilombolas que possa dar continuidade ao processo de diálogo e construção.

Temos uma limitação orçamentária para fazer um segundo ciclo do processo. Mas mesmo assim estamos tendo a possibilidade de juntar quilombolas de vários estados em cada oficina. Mas não podemos só esperar do projeto, do ISA e da CONAQ. A própria comunidade pode dar sua contrapartida, assim como o governo do estado e do município de cada território.

O que estamos fazendo aqui é trabalhar a partir do ponto de vista do nosso território, construindo as diretrizes para GTA considerando a especificidade de cada território. Cada um tem suas necessidades, e dentro do próprio território existem as especificidades de cada comunidade.

O importante é estarmos em sintonia e darmos retorno às comunidades quando voltamos pro território. Para tal, é importante termos uma cópia da Minuta produzida no primeiro ciclo pra gente ir repassando e analisando, para assim trazeremos novas ideias. E estes eventos com as diferentes regiões é bom porque a gente se reencontra.

Interessante neste trabalho de hoje é que quando falamos de gestão falamos de todas as problemáticas deste trabalho. A minuta já diz quase tudo que temos que discutir. E em cima

disso virão nossas contribuições. O que importa é o diálogo com estes parceiros a partir de nossa realidade. E realizar as oficinas nos territórios e comunidades é muito importante, traz nossos anseios.

Também é importante discutir mais o papel dos parceiros neste processo todo. Cada região tem seus parceiros específicos. Mas precisamos pensar como construir a minuta já estabelecendo “regras” de parcerias. Neste sentido, este processo e seu resultado pode contribuir para deixar isso bem definido – quais parceiras, com que objetivos, com que acordos.

A definição dos parceiros locais a serem envolvidos no processo deve ser feita pelas comunidades, pois são os quilombolas que estão na realidade tem condições de saber quem são os parceiros importantes, considerando o tema de GTA e o objetivo de construir diretrizes e outros elementos para uma futura política.

É importante garantir uma diversidade de representação de lideranças quilombolas no processo. Por isso em cada território, além dos 10 a 15 da comunidade, irão também outros representantes dos estados da região.

E no Encontro Nacional também devemos garantir representações de todos os estados do Brasil. Para isso, devemos buscar recursos com parceiros para ampliar participação (mas lembrando que tem um máximo devido às condições de moderação, isso deve ser alinhado com Negra Anastácia e ISA).

O edital tem alguns erros. Não tem previsão de quilombolas do Tocantins. Também não tem definida a proporção de quilombolas de cada estado da Amazônia a participarem da oficina de Santarém.

Ao final, foi feita uma reflexão sobre o papel dos pontos focais dos 8 territórios no processo. Cada ponto focal trouxe sua visão sobre seu papel, resumidas abaixo:

- Já sabemos o objetivo deste trabalho e o que queremos alcançar no final. É uma responsabilidade muito grande.
- Desafio bom, muito trabalho, mas com perspectiva de bons resultados
- Promover o trabalho de forma conjunta
- Mobilizar as pessoas, conscientiza-las sobre o papel delas nas oficinas e também possibilitar que aqueles que não vão participar entendam porque e se sintam parte do processo
- Cuidar da comunicação - conversar mais com parceiros e dentro da comunidade
- Entender o processo e o que for discutido para passar aos outros que não estão participando
- Lidar com as definições no território de quem vai participar e lidar com as insatisfações que podem ser geradas neste caminho - isso precisa olhar caso a caso (quantas pessoas de cada território e quantas pessoas de fora, respeitando o recurso disponível no projeto para logística somado a possíveis aportes da própria comunidade e de parceiros)
- Buscar formas de trazer mais pessoas para o processo, evitar conflitos na definição dos participantes, pois precisamos de união
- Conseguir definir os participantes para um bom resultado nas oficinas, tanto em termos de número máximo de pessoas para se ter um diálogo frutífero, como de perfil dos participantes (pessoas que compreendam seu papel de contribuir na construção de uma política pública)

## PREPARAÇÃO DAS OFICINAS TERRITORIAIS

A seguir, são apresentados os passos e o conteúdo trabalhado neste fio de preparação das oficinas territoriais.

### APRESENTAÇÃO DE ELEMENTOS DO EDITAL RELACIONADOS ÀS OFICINAS TERRITORIAIS

Através da visualização em um mapa do território nacional com a indicação dos 8 territórios quilombolas em que acontecerão as oficinas, foi apresentado a data e local de cada oficina e o número e origem dos participantes, conforme descrito na tabela a seguir.

Município	Quilombo	Data	Participantes	
			No total	Detalhamento
Mirinzal (MA)	Frechal	27 de fev a 01 de março	35	15 representantes do MA, 2 do CE, 3 do PI e 15 representantes da comunidade.
Barra do Turvo (SP)	Ribeirão Grande	08 a 10 de março	35	15 representantes de SP, 2 de MG, 4 do ES, 4 do RJ, 10 representantes da comunidade.
Garanhuns (PE)	Estivas	05 a 07 de abril	35	15 representantes de PE, 3 da PB, 2 do RN e 15 representantes da comunidade.
Simões Filho (BA)	Pitanga dos Palmares		35	15 representantes da BA, 2 do SE, 3 de AL e 15 representantes da comunidade.
Santarém (PA)	Oficina será no município	18 a 20 de abril	35	30 representantes do PA, 2 do AM, 2 do AP e 1 de RO.
Guarapuava (PR)	Paiol de Telha		35	15 representantes do PR, 2 de SC, 3 do RS e 15 representantes da comunidade.
Cidade Ocidental (GO)	Mesquita	03 a 05 de maio	35	10 representantes do GO, 2 do MT, 2 do MS, 4 do DF e 17 representantes da comunidade.
São João da Ponte (MG)	Brejo dos Criolos		35	15 representantes de MG, 5 da BA e 15 representantes da comunidade.

### APRESENTAÇÃO DO DESENHO GERAL DAS OFICINAS TERRITORIAIS (TEMAS / FOCO DE CADA DIA)

#### DIA 1

- O que entendemos por território quilombola
- O que entendemos por gestão territorial e ambiental - GTA
- Para que serve a GTA em territórios quilombolas
- Quais são as estratégias, ferramentas e instâncias de GTA em nossos territórios

## DIA 2

- Entender a vida no território com foco na GTA – mapeamento, rodas de conversa, visitas e locais e pessoas
- Identificar e entender as práticas de GTA dos territórios

## DIA 3

- Aprofundar a reflexão sobre GTA a partir da prática
- Entender os próximos passos do processo
- Definir os 6 representantes que participarão do encontro nacional

## Outros momentos

- Noites culturais
- Momento aberto à comunidade para socializar os trabalhos e resultados da oficina

## SUGESTÕES PARA O DESENHO GERAL

Através da metodologia de tempestade de ideias, foi realizada uma colheita de sugestões para as Oficinas Territoriais

- Concluir a oficina em dois dias e meio e deixar meio dia para escuta da comunidade – tem que ter respostas concretas do governo
- Prever momentos paralelos da comunidade com o governo
- Governo avaliar se pode ficar mais um dia para o diálogo com a comunidade
- Ter uma lista prévia com os órgãos de governo que vão para cada oficina
- Momento de diálogo com o governo deve ser definido de acordo com a especificidade de cada território
- Fazer no início da oficina um resumo dos passos já dados até agora relacionados a GTA Quilombola
- Apresentar no 1º dia algo mais estruturado sobre GTA quilombola (com pontos chave) e fazer uma síntese final no último dia
- Prever tempo para que os representantes de outros territórios possam expor sua realidade

## ENTREVISTAS COM PONTOS FOCAIS DOS TERRITÓRIOS

Com o objetivo de levantar os elementos relevantes à organização das oficinas nos territórios, foram realizadas entrevistas com base em um roteiro pré-definido (vide Anexo 2). Para tal, formou-se duplas de pontos focais de territórios de realidades distintas (para assim favorecer também a troca de experiências, que foram entrevistadas por um membro da equipe do ISA, Negra Anastácia e/ou MMA).

O resultado destas entrevistas foi sistematizado pelo ISA e encontra-se disponível em seus arquivos.

## ACORDOS SOBRE AS OFICINAS TERRITORIAIS

- Responsáveis pelo transporte dos participantes
  - ISA – pagar e organizar
  - Ponto focal – informar tipo de transporte, valores e contatos de prestadores de serviços
- Responsáveis pela mobilização dos participantes
  - Quilombolas dos territórios e outros atores do entrono – Ponto focal ou lideranças do território
  - Pessoas de fora dos territórios (outros quilombolas e pessoas ou organizações parceiras) – definidos e convidados pela Negra Anastácia (em diálogo com ponto focal do território)
  - Observação importante: ISA é responsável por viabilizar a participação de 40 pessoas, conforme previsto no edital. Se passar o numero máximo previsto no edital, o ISA não se responsabilizará pelo transporte, hospedagem e alimentação. Além disso, existe uma capacidade máxima de moderação, já que serão somente 2 moderadores
- Custos de mobilização
  - Ponto focal vai informar a Negra Anastácia sobre quanto custa fazer a mobilização e o ISA vai analisar se cabe no orçamento
- Momento aberto na oficina
  - Definir quais serão os órgãos governamentais presentes e em que momento, e qual será a logística necessária
  - Definir quando será o momento aberto de escuta da comunidade, tendo em vista a necessidade de baixar a ansiedade dos participantes
- Material de apoio
  - Cartilha sobre GTA (pdf e impresso)
  - Folder sobre GTA (pdf e impresso)
  - Livro PNGATI
  - Relatório da 1ª Oficina Nacional
- Preparação da oficina
  - Mandar programação da oficina 5 dias antes com horários
- Uso de imagem
  - ISA levará um termo a ser assinado pela Associação
  - Todos participantes da oficina (quilombolas e outros atores) devem estar cientes sobre este termo de uso
  - Se for tirar foto de pessoas que não estão na oficina tem que perguntar antes
- Material de apoio
  - ISA e MMA vão organizar o material de apoio, e podem articular outras organizações para contribuir

- Comunicação
  - ISA vai criar grupo de whatsapp de cada Oficina territorial para facilitar a troca e informações e o encaminhamento de demandas
- Divisão da equipe da Negra Anastácia entre as oficinas
  - Ronaldo – Frechal – Mirinzal/MA, Barra do Turvo/SP, Pitanga dos Palmares-Simões Filho/BA, Santarém/PA, Brejo dos Crioulos/MG
  - Katia – Frechal – Mirinzal/MA, Barra do Turvo/SP, Estivas – Garanhuns/PE, Paiol de Telha – Guarapuava/PR, Mesquita – Cidade Ocidental/DF

## PRÓXIMOS PASSOS E ENCAMINHAMENTOS PARA AS OFICINAS TERRITORIAIS

- Respostas do ISA aos pontos focais (até 31/01)
  - Verificar se depositar na conta os recursos da logística gera imposto e dar retorno à comunidade
  - Checar quanto tem disponível para hospedagem, alimentação e serviços
- Respostas dos pontos focais das comunidades ao ISA
  - Informar valores de transporte das pessoas que vem de fora e contato de prestadores de serviços (vans e etc.)
  - Fazer e informar o orçamento de alimentação, hospedagem e serviços
- Organização da oficina pelo ponto focal e outras lideranças do território
  - ISA vai providenciar um termo de parceria para assinatura com a organização formal do território quilombola
- Desenho da oficina
  - Responsabilidade do ISA, que fará contato com o ponto focal conforme a necessidade
  - Na véspera da oficina haverá uma reunião com ponto focal e lideranças do território, ISA, Negra Anastácia, MMA e moderadores da oficina para nivelamento final

## AVALIAÇÃO FINAL DA OFICINA

Ticão – Brejo dos Criolos

Achei que puxou o psicológico da gente, mas foi bom

Cida – Estivas

Metodologia foi boa, mas acho que faltou dinâmica e mística.

Faltou as apresentações logo no início. As pulgas atrás da orelha permanecem, mas acho que será sanado no processo.

Sandra – Mesquita/CONAQ

Nos deu um norte de organização e estrutura das próximas oficinas. Fico com varias ideias pra continuidade. Vejo não só como uma oficina, mas como uma oportunidade de organizar uma luta para ir muito mais além, pra chegar a todas as comunidades, a sementes já está aqui germinando.

Dileudo - FOQS

Essas oficinas são importantes, esse laço de amizade isso enriquece muito nosso trabalho.

Katia – CONAQ

Esse processo é um desafio. Tem ansiedade e poucos instrumentos pra executar isso. Temos de fazer com que os técnicos entendam, o povo entenda nossa participação e nosso olhar, entender que vai ser feito disso depois. Esses territórios que a gente tem como pedra bruta que deve ser lapidado. Vamos enfrentar bico, munganga, mas a gente sai daqui fortalecido, estamos construindo uma pauta grande, a responsabilidade está também nas comunidades enquanto quilombola. Isso é uma conquista do movimento quilombola para estarmos aqui. Não é um favorzinho do governo. A gente já avançou muito, nós dizemos como queremos, nós estamos construindo. Isso é mérito nosso. A gente acredita que a gestão do nosso território traz desafios. Muita estrada a percorrer até junho.

Jacobson – MMA

Agradecer a presença, embora não seja um favor. Estamos há 1 ano nesse processo, e mais alguns anos pra trás fazendo isso. Conseguir dinheiro pra fazer isso nesse momento. Esse é um processo que estamos aprimorando. É preciso expandir os quadros para fazer e implementar essa gestão. Não é favor meu atuar nisso, eu sou servidor da sociedade. Parabéns por começarem o processo. E parabéns ao ISA que teve coragem de assumir a execução.

## PARTE II – PLANO LOGÍSTICO

### DAS PRIMEIRAS QUATRO OFICINAS TERRITORIAIS

#### INTRODUÇÃO

O Plano Logístico descreve as 04 Oficinas Territoriais iniciais, com a caracterização de cada comunidade que sediará o encontro; os procedimentos adotados para alimentação, hospedagem e transporte e a relação dos participantes.

Na 1ª Oficina Nacional, foi estabelecido um momento específico para colher informações detalhadas, a respeito das estruturas existentes, itinerários para chegar na comunidade e acordos para a realização da oficina no território. Este procedimento se deu por meio de entrevista com cada liderança, responsável pela atividade na sua comunidade. No anexo 2 encontra-se o roteiro para as entrevistas.

As Oficinas Territoriais ocorrerão nos territórios quilombolas, a hospedagem e alimentação serão fornecidas pela própria comunidade, respeitando a dinâmica e capacidade de cada uma, seja em acolher os participantes nas próprias casas ou na aquisição de alimentos produzidos pelos próprios moradores da(s) comunidade(s). Esta atividade irá contribuir com um aporte financeiro à comunidade, além de fomentar a organização e articulação interna para acolher o evento.

Para cada Oficina Territorial foi indicada uma liderança quilombola, esta definida por cada comunidade sede da oficina, a qual é responsável em planejar e executar as atividades para a realização do encontro e manter contato constante com o ISA e Negra Anastácia, com objetivo de viabilizar a execução da oficina.

A comunicação vem sendo feita por meio de whatsapp e para cada oficina, criou-se um grupo específico, com a liderança responsável, a equipe do ISA e da Associação Negra Anastácia.

Para facilitar a comunicação e a compreensão dos participantes, a respeito da oficina, foi produzido e distribuído um documento, sintetizando o processo de construção da GTA nos Territórios Quilombolas (Anexo 4).

O ISA estabeleceu um termo de repasse com a Associação local, definida pela comunidade, para o pagamento dos serviços e produtos que serão utilizados durante a oficina.

As comunidades que sediarão as oficinas já estão acostumadas a realizar eventos desta natureza, inclusive, com experiência em turismo de base comunitária.

Está sendo organizado para cada oficina, manifestações culturais para distrair e animar os participantes durante a noite. É uma oportunidade de trocas culturais entre os próprios quilombolas, que possuem uma grande diversidade cultural e os demais participantes.

## 1. RESEX QUILOMBO DO FRECHAL:

### **Histórico:**

Descendentes de escravos originários das nações africanas Mandinga (noroeste africano), Mina (Jeje do Benim) Benguela, Angola e Congo (bantu), outrora trincheira de escravos rebeldes de uma fazenda (1792).

### **Criação da RESEX do Quilombo do Frechal:**

Data: 20 de maio de 1992 (decreto).

Conselho Deliberativo da Resex criado em 2011.

Não é um quilombo reconhecido por meio dos procedimentos de regularização fundiária hoje implementados pelo INCRA. Não há RTDI e não consta na lista de quilombos do INCRA. “Frechal foi a primeira área do Brasil a ser reconhecido pelo Governo Federal como Terra de Quilombo, nos termos do Art. 68 do ADCT/CF 88, no dia 20/maio/1992”. (site Koinonia). “Com a declaração da área em Reserva Extrativista, o Estado Brasileiro reconheceu o relevante valor histórico do povoado do Frechal, para o processo civilizatório nacional”

### **Comunidades no território:**

Frechal, Deserto e Rumo. Área conhecida como Baixada.

### **População:**

Aproximadamente 180 famílias, 900 pessoas. A maioria da população composta por jovens que variam entre 15 e 22 anos (em 2007).

**Área aproximada:** 9.542 ha.

**Bioma:** Amazônia.

### **Escolas:**

3 escolas de ensino médio (1ª a 8ª séries), construídas pela comunidade.

### **Saúde:**

Não existem postos de saúde no interior da reserva. Os moradores utilizam o posto de saúde de Mirinzal.

### **Patrimônio cultural:**

Usos do babaçu: frutos são utilizados na extração de óleo para produção de sabão (pesquisar outros usos locais). A palha é utilizada na cobertura das casas.

Bumba-meu-boi: há na região o “sotaque da baixada”, um dos 5 que compõem o conjunto de variações do bumba-meu-boi, marca de identidade e cultural local. As toadas de bumba-meu-boi são importantes veículos de expressão poética sobre o universo das comunidades rurais da baixada.

### **Atividades produtivas e paisagem florestal:**

Nas partes altas da Resex:

70% das atividades produtivas são agricultura de subsistência: pequenas roças de milho, mandioca e arroz; produção de farinha. Atividades agropecuárias em grande escala:

pastos e plantações de café, guaraná e pimenta do reino. ICMBio relata que a comunidade vem perdendo sua cultura florestal babaçu, açaí e pesca artesanal.

Nas partes baixas (paisagem):

- Buritizais e açazais das margens do rio Uru e outros cursos d'água, estão quase intactos
- Grande quantidade de babaçuais, tucuns e pindovais são vegetação resultante de áreas desmatadas abandonadas.
- "Mata do Jacundá" apresenta características de floresta tropical pré-amazônica, apresenta feições próprias de mata secundária.
- Os pindovais são predominantes em muitas áreas da Reserva, principalmente naquelas mais intensamente utilizadas para a agropecuária.

Nos igarapés, margens de rios, regatos e igapós se encontram feições de vegetação original, com a predominância de buritis, juçaras e andirobas, mostrando que tem se mantido e relativamente preservada a mata ciliar e conseqüentemente os mananciais de água.

#### **Instituições atuantes no local:**

Associação de Moradores do Quilombo Frechal

ICMBio – gestor

CCN (Centro de Cultura Negra) – parceiro local

Caritas

## **LOGÍSTICA DA OFICINA**

- **Hospedagem:**

A hospedagem será organizada no Casarão - Centro Cultural da comunidade, onde funciona também a biblioteca comunitária, tele-centro e rádio comunitária. Possui uma boa estrutura com diversos espaços, inclusive banheiros, nos locais onde serão acomodados os participantes. As acomodações serão em camas, colchões e redes. Os participantes levarão roupa de cama e toalha.

- **Alimentação:**

Todas as refeições serão produzidas no local da oficina, com alimentos, na sua maioria, produzido pela própria comunidade e nas comunidades vizinhas, alguns itens que não tem no quilombo, serão adquiridos em mercados.

Para os serviços de limpeza e produção da alimentação serão contratadas pessoas da comunidade.

- **Transporte:**

Para chegar na Resex Quilombo do Frechal, a maioria dos participantes terão de atravessar via barca até Cujupe ou pela rodovia estadual que corta a região de norte a sul. A travessia tem duração de aproximadamente 1,5 hora e mais 3h de viagem, até o quilombo. Será utilizado o serviço de Van para o traslado dos participantes, tanto para ida quanto para volta.

- **Participantes**

- 20 participantes de outras regiões (11 municípios)
- 06 participantes de outros estados (03 estados)
- 15 participantes do Território do Frechal (Frechal, Rumo e Deserto)
- 05 participantes de órgãos públicos municipais
- aproximadamente 10 participantes de órgãos federais e estaduais

O detalhamento com os locais de cada participante, encontra-se no Anexo 5. Os participantes das 03 comunidades que compõem o Quilombo do Frechal não estão especificados.

## 2. QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE (SP):

### **Histórico:**

A ocupação da região do Vale do Ribeira foi impulsionada pela descoberta de ouro de aluvião. A mineração foi a principal atividade até o século XVI quando a atividade ganhou força em Minas Gerais. A partir de então a mão-de-obra escrava foi absorvida em atividades agrícolas, com ênfase na produção de arroz que abastecia a região e outros mercados da colônia. A participação dos africanos banto trazidos para o Vale do Ribeira foi indispensável para a exploração do processo colonial nesta região do estado de São Paulo. Há histórico de conflitos e extermínio de povos indígenas e alguns relatos sobre a colaboração de representantes do povo carijó na empresa colonial.

Miguel de Pontes Maciel, Benedito Rodrigues de Paula, Pacífico Morato de Lima, são nomes e sobrenomes invariavelmente evocados no discurso dos interlocutores como referências importantes na história das comunidades Ribeirão Grande e Terra Seca. Como demonstração expressiva de uma consciência identitária assumida, é que os interlocutores relembram com orgulho ao relatar que estes sujeitos, com nome e sobrenome sempre destacados, são os “ancestrais”, os “antepassados” deles que em séculos passados foram os primeiros a abrir “capuava” e fixar com suas famílias naquelas terras a ermo do Vale do Ribeira, às margens do rio Turvo.

De acordo com os relatos, Miguel de Pontes Maciel era filho de ex-escravo, Joaquim de Pontes Maciel, abandonado pelo senhor dele, um aventureiro que decidiu partir rumo à Minas, também atraído pelas notícias que ecoaram longe dos achados da riqueza mineral naquelas terras ao longe.

### **Comunidades no território:**

São considerados dois “bairros”: Ribeirão Grande e Terra Seca, reunidos no mesmo território.

**População:** 77 famílias (fonte: RTC, Itesp, 2006)

**Auto-reconhecimento:** 2005

**Ano do RTC:** 2006

### **Questão fundiária:**

Área Total 3.471,04

Área devoluta 948,87

Área particular 2.522,17

(Fonte: ITESP, 2012)

**Sobreposição:** a RDS Quilombos Barra do Turvo, criada em 2008 com 5,8 mil hectares sobrepõe-se em 32% aos quilombos Terra Seca – Ribeirão Grande. Sobrepõe-se também a outros 2 quilombos do município: Cedro (18%) e Pedra Preta/Paraíso (47%). A RDS foi o resultado da recategorização de uma área antes pertencentes ao Parque Estadual

Jacupiranga, que deu origem ao Mosaico de Áreas Protegidas do Jacupiranga, em fevereiro de 2008.

**Bioma:** Mata Atlântica.

**Saúde:**

gestantes e doentes são encaminhados aos hospitais de Pariquera-Açu e Registro.

**Escolas:**

A escola é no entorno, na divisa do território, até quinto ano.

**Moradia:**

A maioria das casas são construídas com paredes de tábuas e cobertas com telhado de amianto.

**Patrimônio cultural:**

Constituem práticas e conhecimentos locais o sistema agrícola tradicional baseado na roça de coivara itinerante, os mutirões de trabalho, festas em devoção a santos católicos, bailes de forró, fandango, e outros gêneros musicais influenciados pelas músicas do sul do país e pela tradição da viola caipira.

- Antigo apelido de Terra Seca: “lugar das perobas”.

“Há nos bairros rurais paulistas uma solidariedade que se exprime pela participação nas rezas caseiras, nas festas promovidas em casa para cumprimento de promessas, onde a parte religiosa, como se sabe, é inseparável das danças (...). Há reza, distribuição de alimentos e, depois, fandango. Geralmente a primeira parte se desenvolve durante o dia, a segunda, à noite” (Candido 2003).

- Dança de São Gonçalo
- Reza de terço
- Canto de Quaresma
- Fandango
- Festa do Divino
- Festa de São Pedro
- Congo
- Festa de São Sebastião
- Rainha do Quilombo

**Atividades produtivas e território:**

O meio de subsistência das famílias é garantido basicamente pelo que é conseguido colher do plantio de roças - principalmente milho, mandioca, feijão, cana e banana. A criação de animal para o consumo próprio ou comercial é mais raro. Banana para fins comerciais. Há disputas com mercado de grandes bananicultores. O interesse atual das lideranças das comunidades é conseguir manter as nascentes dos rios dentro dos limites da extensão territorial reivindicada por eles, tem a ver justamente com a preocupação relativa ao futuro incerto que projetam pela frente, no tocante ao risco de poluição e, conseqüentemente, destruição da qualidade das águas dos rios locais (Itesp, 2006).

**Instituições atuantes:**

EEACONE

ITESP

Fundação Florestal

SOF

ISA

USP

CATI

Universidade Metodista

**LOGÍSTICA DA OFICINA****• Hospedagem:**

A hospedagem será organizada no Salão Comunitário e nas casas dos moradores da comunidade. As acomodações serão em colchonetes. Os participantes levarão roupa de cama e toalha. Há banheiros no local.

**• Alimentação:**

Todas as refeições serão feitas no local da oficina, com alimentos produzidos na própria comunidade, alguns itens que não tem no quilombo, serão adquiridos em mercados.

Para os serviços de limpeza e produção da alimentação serão contratadas pessoas da comunidade.

**• Transporte:**

Os participantes de outros estados chegarão por São Paulo, o terminal Tietê é o ponto de encontro, onde sairá uma Van até o quilombo. Os demais participantes do estado irão com transporte local (van e ônibus).

**• Participantes:**

A mobilização dos participantes está sendo feita pela Associação Negra Anastácia, que está fechando a lista completa. Até o momento, foi disponibilizada, a relação dos participantes de outros estados, conforme descrito abaixo:

- Espírito Santo: 04 representantes

- Rio de Janeiro: 04 representantes

- Minas Gerais: 03 representantes

O detalhe dos participantes dos estados vizinhos, encontra-se no anexo 5. A lista completa dos participantes será descrita no próximo produto.

### 3. QUILOMBO DE ESTIVAS (PE)

**Histórico:**

O início do povoamento de origem europeia das terras onde se situa o município de Garanhuns, data do século XVII. Fugindo ao jugo flamengo e à escravidão, brancos e negros se deslocaram para a região, primitivamente habitada por indígenas, presumivelmente um ramo dos cariri. Posteriormente, novas levas de escravos foragidos se estabeleceram nos brejos, em aldeamentos esparsos. Garanhuns é o município mais populoso da região.

Estivas e Castainho são quilombos vizinhos e são ligados por uma rede de parentesco, formando uma mesma comunidade, dividida em dois territórios diferentes. Castainho já foi reconhecido e está parcialmente titulado, sua história está vinculada ao Quilombo de Palmares. Muitos conflitos com negros aquilombados do período colonial são relatados pela historiografia da região e do próprio município de Garanhuns.

**Bioma:** Mata Atlântica e Caatinga

**Área aproximada:**

Ocupam atualmente cerca de 70 ha. A reivindicação no RTID é de 900 ha.

**Reconhecimento do Quilombo:**

O processo no INCRA foi iniciado em 2007. O RTID foi concluído, mas ainda não foi publicado.

**Comunidades no território:**

Estivas possui uma única localidade ocupada, não há núcleos residenciais dispersos.

**Escola:**

Existência de uma escola de primeiro ao quinto ano.

**Saúde:**

Posto de Saúde Familiar (PSF) - atenção básica.

**Atividades produtivas:**

Agricultura familiar ocupa a maior parte das famílias do quilombo com a produção de: mandioca, feijão, milho, macaxeira para consumo da família e venda. Verduras e frutas também são cultivadas para atender o comércio nas feiras, cebola, coentro, alface e banana.

**Patrimônio cultural:**

Ponto de cultura da associação quilombola  
Igreja Santa Luzia – novena em dezembro  
Festival cultural de estivas (em maio)  
Grupo de dança afro com maculelê e maracatu

**Instituições atuantes no local:**

INCRA  
Comissão Estadual dos Quilombos - CONAQ  
FUNDARP

## LOGÍSTICA DA OFICINA

- **Hospedagem:**

A hospedagem será feita nas casas dos moradores e no salão comunitário. As acomodações serão em colchonetes, redes e, onde for possível, em camas. Os participantes levarão roupa de cama e toalha. A cidade fica apenas 5km de distância do quilombo, portanto, se for necessário, os participantes poderão ser acomodados em pousadas na cidade.
- **Alimentação:**

Todas as refeições serão feitas no local da oficina, com alimentos produzidos na própria comunidade, alguns itens que não tem no quilombo, serão adquiridos em mercados.

Para os serviços de limpeza e produção da alimentação serão contratadas pessoas da comunidade.
- **Transporte:**

Os participantes de outros estados poderão chegar por Maceió (AL), que diminui o tempo de viagem em 1h, mas a estrada está em condições precárias e é muito deserta. Outra opção, apesar de ser mais longa, porém mais segura, é chegando por Recife, a estrada está duplicada e em boas condições de conservação. Tempo médio do aeroporto até a comunidade é de 3h.

Será contrato traslado de Van para levar os participantes até o quilombo.
- **Participantes:**

A mobilização dos participantes está sendo feita pela Associação Negra Anastácia, que está fechando a relação completa. A relação dos participantes será descrita no próximo produto.

## 4. QUILOMBO PITANGA DOS PALMARES – SIMÕES FILHO (BA)

### Histórico:

A comunidade quilombola surgiu no século XIX. Os ancestrais das famílias quilombolas eram ex-trabalhadores de um grande latifúndio que existia região. A fazenda faliu e as famílias permaneceram no local.

Ao longo do tempo, Pitanga dos Palmares foi pressionado pelo crescimento urbano, resultando no empobrecimento das famílias e na convivência com a violência. Em 2007, o governo do estado implantou dentro do território a Colônia Penal de Simões Filho, que é semi-aberta. Nos anos 1970, houve o estabelecimento do Pólo Petroquímico de Camaçari que fica a seis quilômetros da comunidade, fazendo com que dutos de produtos químicos cortem o território em direção ao Porto de Aratu. E, com o avanço da Região Metropolitana de Salvador, o território quilombola passou a ser alvo de interesse industrial.

### Comunidades no território:

Pitanga dos Palmares (mais urbana e pouco rural) e Caipora (zona rural).

### População:

289 famílias (fonte: RTID, Incra, 2017).

Há, segundo Bernadete, liderança local, 729 famílias quilombolas que moram no entorno do território delimitado, e mais 136 que vivem na zona rural conhecida como Caipora. Devido à presença de grandes empreendimentos industriais em sobreposição às áreas de moradia dessas famílias, o território proposto deriva de um acordo com a comunidade, conforme apresentado no RTID.

**Área aproximada:** 854,2 ha.

**Reconhecimento do Quilombo:**

Abertura do processo no INCRA: 2008. O RTID foi publicado no DOU: novembro de 2017.

**Bioma:**

Mata Atlântica. A vegetação está constituída de floresta ombrófila, transição com cerrado, vegetação de restinga e formações pioneiras com influência fluviomarinha.

**Escolas:**

As crianças e jovens da comunidade têm acesso à escola dentro da própria comunidade.

**Saúde:**

Há posto de saúde no local.

**Patrimônio cultural:**

Igreja de São Gonçalo, padroeiro da comunidade e terreiro de candomblé.

- Dança de São Gonçalo
- Festa de Santo Antônio
- Samba de Viola
- Capoeira
- Baile de pastorinha
- Queima de palhinha

**Atividades produtivas e paisagem florestal:**

agricultura e serviços gerais urbanos.

**Instituições atuantes no local:**

INCRA

Petrobrás (Nudec)

Humana

Associação etnodesenvolvimento Muzanza

Terra Mirim

## **Logística da Oficina**

- **Hospedagem:**

A comunidade não tem condição de hospedar os participantes da oficina, portanto, por indicação da liderança local, a hospedagem será feita em uma pousada gerenciada pela ONG Terra Mirim, parceira do quilombo.

Como a oficina será realizada no Centro Comunitário da comunidade, será utilizado transporte de van para o traslado dos participantes.

- **Alimentação:**  
Todas as refeições serão feitas no local da oficina, dentro do possível, com alimentos produzidos na própria comunidade e adquiridos em mercados locais.  
Para os serviços de limpeza e produção da alimentação serão contratadas pessoas da comunidade.
- **Transporte:**  
Os participantes de outros estados chegarão no aeroporto de Salvador, seguindo com van para o quilombo, que fica aproximadamente 2h de viagem. Os demais participantes chegarão de ônibus em Simões Filho, finalizando o percurso até o quilombo por meio de transporte público local.
- **Participantes:**  
A mobilização dos participantes está sendo feita pela Associação Negra Anastácia, que está fechando a relação completa. A relação dos participantes será descrita no próximo produto.

## ANEXOS

### ANEXO 1. MINUTA PRELIMINAR DE DIRETRIZES (material em processo de construção)

O documento base para elaboração de diretrizes, também chamado de **Minuta Preliminar** foi formulado a partir de um processo iniciado em 2015 no âmbito do Grupo de Trabalho formado para pensar a **Gestão Territorial e Ambiental Quilombola**, chamada daqui para frente **GTA**

Traz importantes contribuições para o avanço dos debates, constituindo ponto de partida para os passos seguintes que ora se iniciam.

A apresentação a seguir tem como objetivo socializar as informações consolidadas até o momento. Para isso, foi realizado um exercício de síntese e reestruturação da minuta para 1) facilitar a visualização do conteúdo como um todo e 2) propor complementações temáticas

Antes de passar ao conteúdo da minuta, é preciso entender sua estrutura. A minuta apresenta CONCEITOS, OBJETIVOS, PRINCÍPIOS, INSTRUMENTOS, AÇÕES, GOVERNANÇA e DESAFIOS. Ou seja, a sua estrutura foi pensada para responder às seguintes questões:

OQUE É GTA? (Conceito)
PARA QUE SERVE? (Objetivos)
QUAIS SÃO OS FUNDAMENTOS DA GTA? (Princípios e Diretrizes)
QUE FERRAMENTAS TEMOS PARA AJUDAR NA GTA? (Instrumentos)
QUAIS SÃO AS AÇÕES QUE A GTA DEVE IMPLEMENTAR? (Ações)
QUEM SÃO OS ATORES RESPONSÁVEIS E COMO DEVEM TRABALHAR JUNTOS? (Governança)
QUAIS SÃO OS DESAFIOS ENFRENTADOS NA ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES DA GTA? (Desafios)

## CONTEÚDO CONSOLIDADO NA MINUTA PRELIMINAR DE DIRETRIZES

### 1) HISTÓRICO DO PROCESSO E DOS ENCONTROS QUE SUBSIDIARAM A ELABORAÇÃO DA MINUTA

Processo anterior foi resultado de uma parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de definir estratégias para a regularização ambiental dos territórios quilombolas no que concerne ao Cadastro Ambiental Rural e instituir um Plano Nacional de Gestão Ambiental e Territorial para estes territórios.

Encontros realizados (entre dez de 2015 e mai de 2016)

- **1ª Oficina nacional** para “Troca de experiências sobre práticas de gestão territorial e ambiental em territórios quilombolas”
- **6 oficinas locais:** Alcântara – MA, Brejo dos Crioulos – MG, Lagoa dos Campinhos – SE, Erepecuru – PA, Kalunga – GO, Campinho da Independência – RJ
- **2ª Oficina nacional** para “Elaboração de diretrizes para a gestão territorial e ambiental em territórios quilombolas”

### 2) CONCEITOS

1) Entende-se por **quilombo**:

- a) Os grupos étnico-raciais definidos por auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica (de acordo com o Decreto 4887/2003);
- b) As comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns, possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum;
- c) Possuem formas próprias de organização social
- d) Detentores de conhecimentos, tecnologias, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição
- e) Baseiam seu modo de vida nos usos dos territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

2) O **Território** quilombola é entendido enquanto:

- a) território tradicional tal como disposto no Decreto 6.040
- b) deve garantir a reprodução física, social, econômica e cultural, conform disposto no decreto 4887.
- c) é revestido de múltiplos significados, conforme disposto na Convenção 169, reunindo não apenas a dimensão espacial mas aspectos materiais e imateriais da vida quilombola.

3) Entende-se por **Gestão Territorial e Ambiental** (GTA):

- a) um processo de planejamento do território, com base na sustentabilidade dos modos de vida e uso dos recursos naturais e, como tal, envolve os territórios quilombolas em qualquer que seja a situação fundiária na qual se encontram hoje;
- b) um conjunto de princípios, diretrizes e ações de planejamento do território, tais como as práticas de gestão que as comunidades já aplicam em seus territórios
- c) um *projeto político-territorial* voltado ao desenvolvimento que considere e

respeite sua cultura, seu jeito de ser, viver, produzir e se relacionar com os espaços, muitos deles, considerados territórios sagrados

### 3. OBJETIVOS DA GTA

#### 1. Constituem Objetivos Gerais do GTA:

- proteção dos modos de vida e do patrimônio cultural e histórico quilombola;
- manejo sustentável dos recursos naturais e a preservação ambiental;
- proteção dos limites territoriais

### 4. DISPOSIÇÕES GERAIS E PRINCÍPIOS DA GTA

- 1) A GTA se fundamenta na memória coletiva, territorialidade, línguas remanescentes, marcos civilizatórios, do patrimônio cultural expresso por práticas e saberes tradicionais, das tecnologias e formas de produção do trabalho, acesso e uso tradicional aos recursos naturais, acervos e repertórios orais.
- 2) A GTA deve se apoiar sobre marcos legais já existentes na legislação brasileira. Devem ser priorizados e fortalecidos os instrumentos que já existem. Se for o caso de criar novos marcos legal e instrumentos.

### 5. LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO TEMA

#### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- **Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:** *"Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos".*

- **Art. 215 da Constituição da República Federativa do Brasil,** segundo o qual *"O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais."*

- **Art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil**, segundo o qual *“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”*; e ainda estabelece, no parágrafo 5º, que *“Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.”*

#### CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

- **Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial** (1965) da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada pelo Brasil em 27 de março de 1968 e promulgada pelo Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969.

- **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais** (1989) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 25 de julho de 2002 e promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

- **Convenção sobre Diversidade Biológica** (CDB, 1992), da Organização das Nações Unidas (ONU), promulgada pelo Decreto Legislativo nº 2, de 1994.

#### LEIS FEDERAIS

- **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003** - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

- **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010** - Institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

- **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011** - Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

---

- **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012** - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

- **Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015** - Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

#### DECRETOS

- **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003** – Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

- **Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003** - Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), e dá outras providências.

- **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004** - Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais.

- **Decreto nº5.758, de 13 de abril de 2006** - Inclui as terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos no Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP).

- **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007** - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

- **Decreto n.º 6.261, de 20 de novembro de 2007** - Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências.

- **Decreto nº 6.872, de 4 de junho de 2009** - Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.

#### RESOLUÇÕES

- **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012** - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

#### INSTRUÇÕES NORMATIVAS

- **Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009** - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº. 4.887, de 20.11.2003.

#### PORTARIAS

- **Portaria FCP nº 98, de 26 de novembro de 2007** - Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares.

- **Portaria Ministério da Saúde nº 2.488, de 21 de outubro de 2011** - Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

- **Portaria MMA nº 98/2013 e 429/2013** - Cria o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de definir estratégias para a regularização ambiental dos territórios quilombolas no que concerne ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e instituir o Plano Nacional de Gestão Ambiental e Territorial para essas áreas.

#### PLANOS E PROGRAMAS

- Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (PLANAVEG / MMA);

- Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (MDA);

- Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO);

- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea / INCRA);

- Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo)

- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec);

- Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater / MDA);

- Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH / ANA).

## 6. GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL

TEMA	Conteúdo geral	Conteúdos reunidos na Minuta Preliminar de diretrizes
<p style="text-align: center;"><b>A GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL</b></p>	<p>Conceitos e práticas; Significados locais;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articular e integrar a implementação das políticas públicas em nível municipal, estadual e federal no território;</li> <li>- Processo de construção da GTA implicará em exercício de idealização de determinados objetivos para o território e seu povo (“o que temos” vs. “o que queremos”).</li> <li>- Criar um coletivo de gestão a partir da organização local</li> <li>- Fortalecer as instâncias representativas da população, a quem conferem legitimidade e poderes</li> <li>- adaptar os processo de gestão territorial em consonância à diversidade socioambiental e aos desafios próprios de cada território e comunidade</li> <li>- a conservação da biodiversidade e a proteção do modo de vida tradicional das comunidades são ações complementares e que devem ser desenvolvidas em conjunto para que sejam efetivas</li> <li>- os territórios quilombolas pleiteiam um modelo de desenvolvimento orientado pela busca da sustentabilidade, associando a geração local de renda, o respeito aos recursos naturais e o reconhecimento e promoção dos valores, aspectos culturais, práticas e saberes tradicionais.</li> <li>- construção do coletivo de gestão baseia-se em um trabalho de valorização da autoestima e identidades quilombolas. Estimulando a permanência e melhoria de vida nos territórios</li> <li>- caberá à união, estados e municípios fornecer apoio técnico e financeiro para atuação em prol da gestão territorial e ambiental nos territórios quilombolas; apoio técnico e financeiro que atenda às especificidades das comunidades quilombolas; ampliação das ações de assistência técnica e jurídica, com capacitação de profissionais para atender as especificidades das comunidades quilombolas</li> </ul>
	<p>Instrumentos existentes de gestão territorial e ambiental: etnozoamento, etnomapeamento, plano de uso, CAR, plano de manejo, cartografia social, ZEE, planejamento territorial, outros; O que são, para que servem, exemplos aplicados.</p>	<p>- Instrumentos de gestão territorial e ambiental em territórios quilombolas” é o conjunto de documentos, ferramentas, programas e planos, de cunho operacional, que auxiliem no processo local de gestão territorial e ambiental.</p> <p><b>1. Instrumentos internos de gestão:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- regimento interno;</li> <li>- estatuto da associação;</li> <li>- protocolos comunitários;</li> <li>- planos de gestão territorial e ambiental;</li> <li>- Cadastro Ambiental Rural (CAR) e seu Plano de Regularização Ambiental (PRA);</li> <li>- planos de gestão das atividades produtivas e serviços (por exemplo, plano de gestão do turismo de base comunitária etc.), elaborados a curto, médio e longo prazo, com o intuito de antecipar a evolução do território, especialmente do ponto de vista do crescimento demográfico;</li> <li>- mapeamentos, etnomapeamentos, levantamentos socioeconômicos, censos, de forma a identificar e</li> </ul>

		<p>quantificar os recursos do território e sua localização;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- planos de uso territorial comum ou zoneamentos do território, que visam especializar as áreas e formas de ocupação do território, a fim de planejar os usos dos recursos: espaços sagrados, de produção, de habitação, de exploração (criação de animais, pesca, caça, colheita de produtos da biodiversidade), de preservação etc.</li> </ul> <p>Determinam notadamente as áreas de uso comum e as áreas de beneficiamento familiar;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- mecanismos/formas de avaliação para que as instituições territoriais quilombolas possam avaliar o desempenho e mensurar resultados das ações de gestão territorial e ambiental desenvolvidas; e avaliar se essas ações estão dando o resultado esperado;</li> <li>- registros do patrimônio comunitário;</li> <li>- demais instrumentos jurídicos com o objetivo de reforçar a legalidade e a legitimidade das associações locais, apoiar a aplicação das decisões e mediar conflitos.</li> </ul> <p><b>2. Instrumentos externos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP);</li> <li>- termos de ajustamento de conduta (TAC);</li> <li>- Planos de Manejo das Unidades de Conservação (UCs);</li> <li>- Planos diretores municipais;</li> <li>- Zoneamentos Econômico-Ecológicos (ZEE);</li> <li>- estudos e relatórios de impactos ambientais (EIA/RIMA);</li> <li>- mapeamentos fundiários e socioeconômicos dos territórios quilombolas, a fim de mostrar a diversidade dos territórios quilombolas;</li> <li>- pagamentos por serviços ambientais;</li> <li>- assistência técnica, com a recomendação que esta seja adaptada ao contexto cultural e produtivo local;</li> <li>- todos os instrumentos que tragam apoio e agilidade à regularização fundiária (por exemplo: RTID).</li> </ul>
--	--	--

## 7. TEMAS ESPECÍFICOS

	EIXOS TEMÁTICOS	SUB-TEMAS	DIRETRIZES E AÇÕES REUNIDOS NA MINUTA PRELIMINAR
1	<b>REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E TITULAÇÃO</b>	Auto identificação; Direitos constitucionais; Processo de regularização fundiária (órgãos competentes); Resistência aos entraves e ameaças à regularização dos territórios.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuar como instrumento político de apoio à regularização fundiária e proteção territorial;</li> <li>- Apoiar a regularização fundiária como etapa preliminar à aplicação de princípios e ações de gestão ambiental e territorial;</li> <li>- Proporcionar ações e instrumentos que apoiem as entidades quilombolas em suas reivindicações</li> <li>- Auxiliar órgãos governamentais em processo de regularização fundiária (exemplo: mapeamentos participativos do território)</li> </ul>
2	<b>INTEGRIDADE TERRITORIAL</b>	Mudanças Climáticas: impactos percebidos nos territórios; adaptação, vulnerabilidade; mitigação, resiliência, Conaredd, etc; Conflitos territoriais e sobreposições; Fiscalização e proteção territorial; Contaminação (esgoto, rios, agrotóxicos); Exploração inadequada de recursos naturais; Empreendimentos: agronegócio, hidrelétricas, estradas Pesquisa e extensão; Marcos Legais; Políticas e Programas Parcerias e assessorias.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A GTA deverá a aumentar o controle sobre o território para proteger contra pressões e influências físicas, culturais, partidárias religiosas.</li> <li>- ampliar o conhecimento interno sobre o território;</li> <li>- estimular a reflexão das comunidades sobre seu território, e a elaboração de regras e acordos internos para o uso do território;</li> <li>- criar mecanismos de monitoramento do território;</li> <li>- criar mecanismos de controle/fiscalização dos usos do território, incluindo as ações dos órgãos governamentais.</li> </ul>
3	<b>INTEGRIDADE CULTURAL</b>	Apropriação e fortalecimento da identidade quilombola; Fortalecimento dos modos de vida, conhecimentos e práticas tradicionais que formam o patrimônio cultural (celebrações, formas de expressão, lugares, oralidade, danças, músicas, literatura, línguas remanescentes); Registro, fomento e difusão cultural; Fortalecimento de processos de transmissão de conhecimentos e práticas tradicionais (questão geracional).	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Basear-se no reconhecimento e valorização das práticas ancestrais/tradicionais, de forma a consolidá-las;</li> <li>- reconhecer, valorizar e consolidar os valores, a cultura e as práticas ancestrais e tradicionais.</li> <li>- Incentivar grupos culturais e todas as formas de expressão</li> </ul>

4	<p style="text-align: center;"><b>CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS</b></p>	<p>Manejo de recursos naturais; práticas tradicionais; legislação ambiental incidente (ampliar informações a normas e leis que regem seus espaços territoriais); papel dos territórios na conservação da biodiversidade; patrimônio genético (acesso, manejo, conservação); racismo ambiental (ou justiça socioambiental?); restauração.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- o Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, reconhece e valoriza o papel dos territórios quilombolas na conservação da biodiversidade e inclui os territórios quilombolas na PNAP</li> <li>- como territórios reconhecidos na PNAP, os mesmos poderão ser beneficiados por ações estratégicas coordenadas do ponto de vista ambiental, institucional, econômico e cultural no intuito de promover a gestão territorial.</li> <li>- os direitos territoriais atribuídos às comunidades quilombolas devem agir como instrumento para conservação de biodiversidade.</li> <li>- Promover ações que visem a proteção da biodiversidade, o uso programado dos recursos naturais, a recuperação e o monitoramento dos ecossistemas, o reconhecimento das áreas de preservação e o cumprimento da legislação ambiental</li> <li>- Promover formação em educação ambiental</li> <li>- Observar as normas legais para preservação de áreas previstas por lei</li> <li>- Criar acordos sobre o uso dos recursos naturais, de zoneamento de áreas de uso, conservação e preservação ambiental</li> <li>- Os territórios quilombolas devem ser privilegiados, caso assim optem, a se enquadrar em dispositivos de pagamento por serviços ambientais, que constituem um dispositivo promissor para a valorização das práticas ambientais comunitárias, a geração de renda sustentável, a proteção das florestas tropicais. Isso fomentará o desenvolvimento de projetos de recuperação de áreas degradadas, bem como a proteção e recuperação de mananciais</li> </ul> <p><b>Recuperação</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Incentivar ações de recuperação de áreas degradadas, danificadas ou destruídas</li> <li>- a recuperação da mata ciliar, dos cursos d'água (rios) e suas nascentes nas encostas e topos de morros;</li> </ul> <p><b>Avaliação e monitoramento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Prever sistema de acompanhamento e avaliação das ações em curso em termos de desempenho. Esse sistema de avaliação e monitoramento pode provir da comunidade (que dessa forma, utilizaria indicadores tradicionais para avaliar a qualidade ambiental), ou pode basear-se em sistemas externos</li> </ul>
---	--	--	---

5	<p align="center"><b>SEGURANÇA ALIMENTAR, AGROBIODIVERSIDADE E SISTEMAS DE PRODUÇÃO</b></p>	<p>Sistemas agrícolas tradicionais (envolve agricultura, caça e pesca); Sistemas agro florestais; Agrobiodiversidade; Geração de trabalho e renda; Atividades econômicas sustentáveis (cadeias produtivas: extrativismo, meliponicultura - apicultura, sementes, criação de animais, criação de peixes, manejo de animais silvestres, artesanatos, cosméticos, turismo (cultural, ecológico, fluvial, étnico, gastronômico etc); Comercialização – acesso a mercado e políticas públicas e programas existentes; entraves à comercialização dos produtos tradicionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- uma das vocações do território é ser um motor de desenvolvimento local que visa a segurança alimentar e financeira das famílias, ampliando sua autonomia.</li> <li>- proporcionar a geração de trabalho e renda dentro das comunidades. Proporcionar desenvolvimento econômico ao território conforme os interesses da comunidade</li> <li>- identificar das potenciais ou atuais cadeias produtivas, cujo território e comunidades tenham aptidão e que possam ser trabalhadas em bases sustentáveis;</li> <li>- elaborar de estratégias de mercado, entre elas uma estratégia de valorização dos produtos (diferenciação, selos etc.); identificação dos circuitos de comercialização; promoção e divulgação dos produtos etc</li> <li>- capacitação e profissionalização do quadro humano e material</li> <li>- definir da capacidade de suporte do ambiente e das formas de manejo sustentável dos recursos, para cada cadeia produtiva, valendo-se de instrumentos como diagnósticos, zoneamentos, acordos de uso dos recursos, que podem chegar ao nível de planejamento com prazos, metas e responsabilidades</li> <li>- Modelo de desenvolvimento orientado pela sustentabilidade, associando geração de renda, respeito aos recursos naturais, reconhecimento e promoção dos valores, aspectos culturais, práticas e saberes tradicionais;</li> <li>- A geração de renda deve desenvolver-se com sustentabilidade respeitando-se os recursos naturais, humanos e culturais e, sempre que possível, buscar a geração coletiva de renda, de forma a beneficiar o maior número de famílias do território.</li> <li>- O acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado, deve ser realizada em conformidade com a legislação nacional (Decreto nº 5.758/2006; Lei nº 13.123/2015) e internacional (Convenção nº 169 da OIT; Convenção sobre Diversidade Biológica), que protegem as espécies e saberes quilombolas.</li> <li>- Estimular manejo agroflorestal e plantio de leguminosas (poderá ser atividades associadas à recuperação de áreas degradadas)</li> <li>- Estimular plantio de espécies nativas para viveiros e coletas de sementes nativas como forma de recuperação do ecossistema;</li> <li>- Valorizar e estocar sementes crioulas</li> <li>- Promover acesso às políticas de compras públicas (PAA e PNAE)</li> </ul>
---	---	--	---

6	<p align="center"><b>EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL</b></p>	<p>Estrutura e infraestrutura física;          Formação de professores;          Educação diferenciada;          Produção e publicação de material pedagógico com conteúdos diferenciados;          Alimentação escolar;          Transmissão intergeracional de conhecimentos;          Participação das mulheres em processos educativos.</p>	<p><b>Educação de base</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A escola deverá ser um local privilegiado para conhecimento da história local, a valorização do modo de vida e da identidade local, conforme previsto na Lei 10.639</li> <li>- Garantir que a educação escolar quilombola seja voltada para o ensino dos princípios de sustentabilidade e cultura quilombola</li> <li>- Assegurar a vertente da gestão territorial e ambiental dentro da matriz curricular da educação escolar quilombola;</li> <li>- Facilitar medidas de acesso à escola;</li> <li>- Oportunizar os momentos de compartilhamento das práticas e saberes tradicionais referentes à gestão territorial e ambiental quilombola, com base nos princípios da educação informal.</li> <li>- Aproveitar as instituições de educação de forma a divulgar as práticas de gestão territorial e ambiental.</li> </ul> <p><b>Material Didático</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaborar material didático com base nas práticas e saberes tradicionais locais com o objetivo de sistematizar, registrar e proteger as práticas tradicionais que contribuem para a gestão territorial e ambiental.</li> </ul> <p><b>Formação contínua, capacitação técnica e contratação de professores</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Promover a contratação de professores que conhecem as realidades quilombolas, preferencialmente oriundos do território.</li> <li>- Favorecer formações sobre os instrumentos legais que dialoguem com gestão territorial e ambiental em territórios quilombolas</li> <li>- Promover e favorecer o acesso ao ensino técnico e superior em cursos que contribuem, direta ou indiretamente, para o planejamento territorial e ambiental e áreas afins</li> </ul>
7	<p align="center"><b>SAÚDE</b></p>	<p>Práticas tradicionais de cuidado (remédios, rezadores, benzedeiros, parteiras);          Atendimento médico nas comunidades;          Infraestrutura física de postos de saúde;          Formação de profissionais;          Água e lixo, Nutrição (dieta alimentar), Tabagismo, Álcool;          DSTs, Saúde da mulher e do Homem, Idosos.          Saúde da população negra;</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantir acesso às políticas públicas de saúde, entre elas o que dispõe a portaria 2.488/2011 do MS que reconhece as comunidades quilombolas como prioritárias na aplicação da estratégia de Saúde da Família.</li> </ul>

8	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	<p>Governança territorial</p> <hr/> <p>Papel das associações e organizações coletivas;  Fortalecimento dos sistemas locais de organização social;  Acordos e combinados internos;  Instrumentos de gestão para as associações (protocolos de consulta, regimento interno, planejamento territorial);  Formação de novas lideranças; juventude e território;  Identidade quilombola; valorização interna;  - Consulta Livre Prévia e Informada (OIT 169, Mecanismos Consulta (mecanismos existentes, protocolos)</p>	<p><b>Governança</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As organizações quilombolas devem conduzir o processo de gestão territorial e ambiental nos territórios</li> <li>- A comunidade, representada por suas associações que garantem a representatividade das decisões tomadas, deve assumir o papel de protagonista principal na condução das ações de gestão territorial e ambiental.</li> <li>- Recomenda-se organizar assembleias, reuniões e encontros abertos, com frequência regular para facilitar a tomada de decisões das comunidades e o compartilhamento de informações.</li> <li>- As decisões comunitárias devem ser amparadas em acordos, normas e regras locais, elaboradas de forma participativa (construção conjunta buscando o consenso), dotadas de um sistema de sanções (prevendo punições aplicáveis em caso de desrespeito) e sistematizadas por meio de documentos adequados (por exemplo regimentos internos, protocolos comunitários), tornados públicos e formais do ponto de vista jurídico com registro em cartório.</li> <li>- O poder público deve favorecer medidas e proporcionar meios para que os quilombolas possam, de forma soberana, tomar decisões e realizar ações sobre os territórios que ocupam.</li> <li>- As decisões e ações devem ser tomadas e realizadas com apoio do governo e de outras instituições que intervêm como parceiros (Recomenda-se estabelecer mecanismos de articulação com essas entidades externas, a fim de apoiar a aplicação das decisões comunitárias (por exemplo, por meio de termos de ajustamento de conduta (TACs) com órgãos ambientais, Ministério Público etc)</li> <li>- Fundamentação na lógica do uso comum e da participação, em oposição à propriedade particular e ao olhar individual. Adoção de uma lógica valorizando o “nós” e o bem comum, em detrimento da lógica valorizando o “eu” e o usufruto individual;</li> <li>- Recomenda-se estabelecer mecanismos de articulação com entidades externas, a fim de apoiar e legitimar decisões comunitárias inclusive em casos de não respeito ou contestação de regras internas (por exemplo, por meio de termos de ajustamento de conduta (TACs) com órgãos ambientais, Ministério Público etc.).</li> </ul> <p><b>Fortalecimento e articulação das instituições locais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer da organização sociopolítica local. A comunidade,</li> </ul>

			<p>representada por suas associações que garantem a representatividade das decisões tomadas, deve assumir o papel de protagonista principal na condução das ações de gestão territorial e ambiental, por meio da criação de uma coletividade de gestão.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Fortalecer a articulação e promover diálogos com entidades externas e organizações em nível local, regional e nacional.</li> <li>- Criar condições para que as lideranças quilombolas participem de áreas sociais e políticas externas, em todas as escalas de poder.</li> <li>- Buscar diversificar parcerias associando-se à universidade, instâncias do governo (Conab, empresas de extensão rural, Ministério Público), empresas públicas (Petrobrás, Embrapa), setor privado, ONGs, movimento quilombola e outros movimentos.</li> <li>- Incentivar a participação das comunidades nos diversos conselhos, em todas as escalas de poder, no intuito de assegurar que tenham parte no estabelecimento e na gestão de normas ambientais, educacionais, sanitárias etc</li> <li>- Promover formação e renovação permanente dos quadros de lideranças</li> <li>- munir os quilombolas de ferramentas de afirmação étnica e regional frente a atitudes preconceituosas e fenômenos de homogeneização cultural;</li> <li>- o conhecimento e uso dos instrumentos legais referentes à gestão territorial e ambiental nos territórios quilombolas;</li> <li>- todos os conhecimentos necessários à boa gestão dos territórios referidos, incluindo o conhecimento das práticas e experiências de gestão territorial realizados por outras comunidades quilombolas.</li> <li>- Incentivar o envolvimento dos jovens em atividades comunitárias e no aprendizado de novas tecnologias</li> <li>- Aproveitar o potencial dos jovens como formadores de opinião nos assuntos ligados a promoção da sustentabilidade nos territórios.</li> <li>- organizar encontros regionais entre entidades comunitárias de territórios quilombolas no âmbito regional (sociopolítico e/ou bioma) visando a integração regional das ações de gestão territorial e ambiental, subsidiar colaborativa mente outros territórios, socializar informações</li> <li>- garantir a simplificação das formalidades burocráticas em conformidade com a Lei 12.288/2010 para facilitar o acesso das populações negras às políticas públicas, programas e editais, levando em consideração situações de isolamento geográfico e tecnológico.</li> <li>- As entidades coletivas devem ser diversificadas nos seus objetivos a fim de atender aos diversos aspectos da vida comunitária, criando para isto</li> </ul>
--	--	--	---

			<p>comissões e coordenação temáticos que descentralizem a tomada de decisão e prevendo mecanismos de compartilhamento de informações</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Aumentar e qualificar o conhecimento das leis que impactam os territórios, como políticas públicas e meios de acessá-las, atribuições de órgãos governamentais e sanções.</li> </ul> <p><b>Consulta:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conforme Convenção 169 da OIT e a Convenção sobre Diversidade Biológica, (CDB, 1992) as comunidades devem conceder seu consentimento livre, prévio e informado para a realização de atividades por membros externos a seus territórios.</li> <li>- Toda ingerência nos territórios quilombolas necessita de um consentimento formal e previamente concedido pela comunidade segundo seus usos, costumes, tradições ou protocolos comunitários;</li> <li>- A consulta preconizada deve ser realizada respeitando os modos e ritmos de organização e decisão próprios dos quilombolas.</li> </ul>
--	--	--	---

## ANEXO 2. ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM PONTOS FOCAIS - ELEMENTOS DOS TERRITÓRIOS IMPORTANTES À PREPARAÇÃO DAS OFICINAS

### Perguntas sobre infraestrutura das comunidades sede das oficinas.

Comunidade		
Município		
Estado		
Pessoa responsável		
<b>Sobre a Associação</b>	A Associação da comunidade possui CNPJ?	
	A Associação tem conta bancária?	
	Teríamos como fazer o pagamento das despesas das atividades nesta conta bancária?	
	Em caso de atividade remunerada na comunidade a associação tem condições de receber os recursos e repassar para as pessoas envolvidas?	
	Caso não, como a associação costuma fazer?	
	Emergências médicas – Hospital mais próximo, quanto tempo?	
	Parceiros regionais importantes	
	Existem alguma situação de conflito interna e/ou externa que pode ser um desafio durante o processo da oficina?	
<b>Como chegar lá?</b>	Nos conte como será chegar na sua comunidade saindo da capital ou da cidade aonde tem o aeroporto mais próximo?	
	Nos conte quais podem ser os desafios para chegarmos na sua comunidade.	
	O que você nos sugere para melhor organizarmos a ida de todos os participantes para a sua comunidade.	
	Vocês sugerem algum ponto de apoio aos participantes na cidade mais próxima ou no aeroporto?	
	Orientação aos participantes – enviar pelo whatsapp/telefone/outros	
	Existe alguma situação que pode ser um desafio para chegarmos na sua comunidade, climática e ou de outra ordem?	
<b>Hospedagem</b>	A comunidade tem condições de hospedar 35 pessoas na comunidade?	
	Como vocês pensaram nisto, nas casas, no salão comunitário ou outro espaço?	
	Os dormitórios serão coletivos ou individuais?	
	O espaço para dormir é cama, colchão no chão, rede ou outro?	
	Precisamos levar roupa de cama ou rede?	

	Qual a estrutura para banho (rio, lagoa, banheiro) e de banheiro é como?	
	Existe alguma situação que pode ser um desafio para a hospedagem na comunidade?	

<b>Espaço de Atividade</b>	Como é o espaço para a realização das atividades durante a oficina? O espaço é aberto, fechado, salão, um quintal ou outro?	
	Vamos ter alguma dificuldade neste espaço quando ao clima? Se chover ou se esfriar muito ou se fizer muito calor...	
	Este espaço é distante do lugar de hospedagem?	
	Este espaço é distante do lugar aonde serão as refeições?	
	Cadeiras/bancos/mesas	
	Tem ponto de energia no lugar?	
	Tem banheiro perto ou no local?	
	Como vocês imaginam que será a participação da comunidade no processo? Pensamos em fazer um momento aberto para toda a comunidade sede, o que vocês acham?	
	Existe alguma situação que pode ser um desafio durante o uso do espaço da atividade na comunidade?	
<b>Refeições (café da manhã, almoço e janta)</b>	Vocês já têm propostas de cardápio para atividade? Quais seriam?	
	Estes produtos que estão no cardápio sugerido têm disponíveis na comunidade?	
	Alimentos que precisam ser adquiridos fora da comunidade, vocês resolvem?	
	Quanto vocês estimam o custo das refeições (café da manhã, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar) 40 pessoas x 3 dias Café da manhã e almoço (30 pessoas x 1 dia)?	
	A comunidade tem talheres, copos e pratos ou tem que levar?	
	Quais são os acordos para as pessoas que farão a limpeza durante a atividade?	
	Quais são os acordos para as pessoas que irão cozinhar durante a atividade?	

## ANEXO 3. LISTAS DE PRESENÇA DA 1ª OFICINA NACIONAL

### 1ª OFICINA NACIONAL SOBRE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL E SUA INTERFACE COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS

23 e 24 de Janeiro de 2018 - Brasília

	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
1	Frederico Viçoso de F. Silva	ISA	(13) 991 379765	frederico@isa.org.br	
2	SELMA GOMES	ISA	(11) 549471935	selma@isa.org.br	
3	Paulo Russo	CGSAM/ICMBio	(61) 77427368	Paulo.Russo@icmbio.gov.br	
4	Katya Renha	N. A	27.99802 9260	Renha.kate@gmail.com	
5	Mônica Martins de Melo	ICMBio	2028 9173	MONICA.ICMBio@gmail.com	
6	Melce de Pontes P. dos Santos	Conaq.	13) 991321866	melcepontesp@hotmail.com	
7	Renata Beatriz D. Lorenci	Conaq.	71- 999719120	brunaguilherme@gmail.com	
8	Quamaria S. Cruz	Conaq	42-991158904	quamariadtelha@hotmail.com	
9	Dilson de F. Cruz	FOQS	93) 991582868		
10	Meara M. Pimentel	SEPP/IR/COORD. QUILOMB.	61-9 86363380	pimentelmeara@hotmail.com	

Realização:



Associação Nacional de  
Quilombos para Cooperação  
Negra Anastácia



MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE



# 1ª OFICINA NACIONAL SOBRE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL E SUA INTERFACE COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS

23 e 24 de Janeiro de 2018 - Brasília

11	Jacobson Leite	MMA/SEDZ	20281191	jacobson.rodrigues@mma.gov.br	
12	Marcia Franceschini	MMA/SEDR	20281774	MARCIA.FRANCESCHINI@mma.gov.br	
13	Camila B. M. Carneiro	MDS/SESAN	2030-1081	camila.carneiro@mds.gov.br	
14	Apresentada S. Oliveira	Quilombola / PE	(87) 83 09 43 18	aida.ellea@hotmail.com	
15	Rodrigo Augusto L. Medeiros	MMA/SEDR	20281595	Rodrigo.Medeiros@mma.gov.br	
16	Mariana R. Silva	MMA/SEDR	2028.1045	mariana.rsilva@mma.gov.br	
17	Ana Liza A. de A. Assis	MMA/SBio / DPG	2028-2574	ana.assis@mma.gov.br	Ana Liza Assis
18	Paula Cristina Sivelli	MMA/SEDR	2028-1853	paulc.sivelli@mma.gov.br	
19	Famileia Silva Gomes	Comunidade / MA	(98) 988759788	fanny493@gmail.com	
20	Tiago Rusin	MMA/SEDR	20281825	Tiago.RUSIN@mma.gov.br	
21	Stéphane Nasuti	UnB	98273 2521	STEPH.NASUTI@GMAIL.COM	

Realização:



Associação Nacional de Quilombos para Cooperação Negra Anastácia



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



# 1a OFICINA NACIONAL SOBRE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL E SUA INTERFACE COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS

23 e 24 de Janeiro de 2018 - Brasília

22	LETÍCIA ROLIM ABADIA	DEX/SEDR/MMA	(61) 2028-1527	leticia.abadia@mmap.gov.br	Abadia
23	Gabriela Gouveia	DCF/ISFB/MMA	(61) 2028-7234	gabriela.gouveia@floral.gov.br	Gouveia
24	Gabriel N. Dominguez	DEX/MMA	(61) 2028-1011	gabriel.dominguez	Dominguez
25	Índiane Amorim	INCRA-DFO	(61) 3411-7831	indiane.amorim@incra.gov.br	Amorim
26	Francisco dos Santos	BREGIO dos Crioulos	38-998349583		Santos
27	Dilson dos Prazeres	FDCS	33) 941582868		Prazeres
28	Roberto Zanin	DGPEA/CGSAM/ICMBio	(61) 982467576	roberto.zanin@icmbio.gov.br	Zanin
29	Sandra Pereira Braga	Conaq	(61) 999640425	sandrabragatur@gmail.com	Braga
30	Silvia M. Futada	ISA	11.973442558	silvia@socioambiental.org	Futada
31	MARCELO M. CAVALLINI	DISAT/ICMBio	(61) 2028-9038	marcelo.cavallini@icmbio.gov.br	Cavallini
32	Milton Nascimento	BESAU/HDS	61 2030 1186	milton.nascimento@mds.gov.br	Nascimento

Realização:



Associação Nacional de Quilombos para Cooperação Negra Anastácia



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



# 1a OFICINA NACIONAL SOBRE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL E SUA INTERFACE COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS

(23) e 24 de Janeiro de 2018 - Brasília

33	Raquel Pasinato	Instituto Socioamb	(3) 997365963	raquel@socioambiental.org	
34	JORRANA LISBOA CAMBOIM	SESAN/MDS	(61) 9 82532469	jorrana.comboim@mds.gov.br	
35	MILENE MARA	ISA	61-983378159		
36	Rafael Pereira	SMCF/MMA	2028-2457	rafael.pereira@mma.gov.br	
37	Ronald de Jesus	CONAQ	(24) 99904 8784	15campino@yahoo.com.br	
38					
39					
40					
41					
42					

## Realização:



Associação Nacional de Quilombos para Cooperação Negra Anastácia



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



# 1a OFICINA NACIONAL SOBRE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL E SUA INTERFACE COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS

23 e 24 de Janeiro de 2018 - Brasília

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Milene MAA	ISA	983378159		
Tiago Cantalice	FCP	3424-0306	tiago.cantalice@palmares.gov.br	
Milce de P. Santos	Conaq	13) 991321066	milcesantos@netmail.com	
Aparecida S. Oliveira	Quilombola / PE	(87) 981094518	aida.ela@hotmail.com	
Francisco dos Reis	BRIO de Ribeira	38: 998549583		
Ana Maria S. Cruz	Conaq	12-991158904	anapaioldtelha@hotmail.com	
Diluzio Pinheiro dos Santos	FOAS	93) 991582868		
Leonardo Santana	FCP/MMA	61 998461664	leonardo.santana@palmares.gov.br	
Neara M. Pinatel	SEPPIR/QUILOMBOS	61-986363380	neara.pinatel@ndh.gov.br	
Dr. Renato S. Loure	Conaq	071-99712120	renato@conaq.org.br	

Realização:



Associação Nacional de Quilombos para Cooperação Negra Anastácia



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



# 1a OFICINA NACIONAL SOBRE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL E SUA INTERFACE COM AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS

23 e 24 de Janeiro de 2018 - Brasília

NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
Stephanie Namti	Univ. Brasília	(61) 9 82732521	steph.namti@gmail.com	
Ronaldo do Souto	NEGRA ANASTÁCIA	(24) 999048784	ascamp@yaho.com.br	
Silvia	ISA	11913442558		
Paulo Russo	CGSAM/ICMBio	(61) 974273508	Paulo.Russo@icmbio.gov.br	
Roberto Zanin	(CGSAM/ICMBio)	(61) 982467576	roberto.zanin@icmbio.gov.br	
LETÍCIA ROLIM ABADIA	DEX/SEDRI/MMA	(61) 2028-1527	leticia.abadia@mma.gov.br	
JACOBSON RODRIGUES	DEX/SEDRI/MMA	20201145	jacobson.rodrigues@mma.gov.br	
Márcia M. Francischini	DEX/SEDRI/MMA	20201774	MARCIA.FRANCISCHINI@MMA.GOV.BR	
Anna Maria Anchiade	ISA	11997794733	anna.maria77@ndrade@gmail.com	
Paula Franco Moreira	GIZ - Equipe Plano Nacional Adaptação	61 98285-6781	Paula.moreira@giz.de	

## Realização:



Associação Nacional de Quilombos para Cooperação Negra Anastácia



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



## ANEXO 4. INFORMATIVO SOBRE O PROCESSO DE DIÁLOGO SOBRE GTA – DISTRIBUÍDO PARA OS PARTICIPANTES

# Gestão Territorial e Ambiental em Territórios Quilombolas: Trilhando caminhos

---

### Como tudo começou

A partir da criação de Grupo de Trabalho de Gestão Territorial e Ambiental dos Territórios Quilombolas em 2013 o governo começou a discutir, em parceria com Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, a CONAQ, a criação de um Plano Nacional para a gestão territorial e ambiental em comunidades quilombolas. Este GT realizou algumas iniciativas para que o diálogo sobre este assunto envolvesse um número maior de representantes quilombolas. Assim, entre dezembro de 2015 e maio de 2016 aconteceram as seguintes oficinas:

- 1ª Oficina nacional para “Troca de experiências sobre práticas de gestão territorial e ambiental em territórios quilombolas”
- 6 oficinas locais: nas comunidades quilombolas de Alcântara – MA, Brejo dos Crioulos – MG, Lagoa dos Campinhos – SE, Erepecuru – PA, Kalunga – GO, Campinho da Independência – RJ
- 2ª Oficina nacional para “Elaboração de diretrizes para a gestão territorial e ambiental em territórios quilombolas”

Desta rodada de atividades resultou um documento preliminar de diretrizes para a Gestão Territorial e Ambiental dos territórios quilombolas, chamado de minuta. Em julho de 2016 foi criado um novo GT para tratar deste assunto. Ele é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e conta com a participação de outros órgãos do governo (INCRA, SEPPIR, Fundação Cultural Palmares, Serviço Florestal Brasileiro, ICMBio) e da CONAQ. Este grupo vem trabalhando para ampliar o debate e finalmente em 2017 conseguiu recursos para fazer mais oficinas e envolver, formar e informar mais quilombolas sobre o tema.

### O que está acontecendo agora

A nova rodada de diálogos já começou nos dias 23 e 24 de janeiro de 2018, quando dez lideranças de todas as regiões do Brasil se reuniram em Brasília/ DF para trazer as experiências de suas comunidades e iniciaram os trabalhos para elaboração das diretrizes sobre este tema. Neste encontro, também foi dialogado e combinado com as lideranças presentes a organização para as demais oficinas territoriais.

A participação e o compromisso do movimento quilombola é essencial para darmos os próximos passos e, de forma participativa, construir uma estratégia para colocar a Gestão Territorial Ambiental Quilombola como prioridade na agenda nacional.

A oficina foi executada pelo ISA (Instituto Socioambiental) junto com a organização Negra

Anastácia. Participaram também outras instituições parceiras e órgãos do governo. O ISA é a organização contratada pelo Ministério do Meio Ambiente para realizar as oficinas de forma participativa, juntamente com a organização Negra Anastácia.

## **Porque a Gestão Territorial e Ambiental é importante para os quilombolas**

Gestão territorial e ambiental é a maneira pela qual as comunidades cuidam do território. A existência de uma discussão ampla sobre este tema, que futuramente pode vir a se tornar uma política nacional pode ajudar a dar visibilidade aos processos de gestão socioambiental já realizados por essas comunidades e incentivar novas ações desse tipo.

Com a estruturação dos processos de Gestão Territorial e Ambiental, os quilombolas terão um instrumento, construído pelas próprias comunidades, para facilitar e garantir o acesso às políticas públicas em seus territórios. Essa é uma ferramenta muito importante também para o diálogo, tanto entre os próprios moradores dos territórios, que muitas vezes englobam mais de uma comunidade, quanto entre os quilombolas e o governo. A gestão também ajuda potencializar atividades econômicas, organizar reivindicações e identificar, por meio de um diálogo coletivo, as prioridades das comunidades, por exemplo.

## **O que vai acontecer nos próximos meses**

A reunião em Brasília nos dias 23 e 24 de janeiro foi mais um passo na construção de diretrizes sobre este tema. Mas não para por aqui! Até maio, estão programadas outras nove oficinas: oito delas regionais e mais uma nacional. Lideranças locais serão mobilizadas com apoio da CONAQ e da Negra Anastácia para fazer parte das discussões. As oficinas serão conduzidas pelo ISA e terão participação de organizações parceiras dos quilombolas e de setores do governo.

## **Quem são os donos dessa história**

As comunidades quilombolas espalhadas pelos Estados brasileiros serão representadas nas oficinas por suas lideranças regionais e locais, mobilizadas com apoio da CONAQ e Negra Anastácia para construir juntas os próximos capítulos dessa caminhada que poderá resultar numa política nacional.

## Onde e quando vai acontecer:

DATA OU PERÍODO	ATIVIDADES
<b>JANEIRO</b>	
23 e 24 de janeiro	1ª Oficina Nacional – Instituto Boaventura/Brasília
<b>FEVEREIRO E MARÇO</b>	
27 e 28 de fevereiro e 01 de março	Oficina Territorial 1 – Comunidade Frechal – Mirinzal/MA
08, 09 e 10 de março	Oficina Territorial 2 – Comunidade Ribeirão Grande - Barra do Turva/SP – Vale do Ribeira
<b>ABRIL</b>	
05, 06 e 07 de abril	Oficina Territorial 3 – Comunidade Estivas – Garanhuns/PE
	Oficina Territorial 4 – Comunidade Pitanga dos Palmares – Simões Filho/BA
18, 19 e 20 de abril	Oficina Territorial 5 – Santarém/PA
	Oficina Territorial 6 – Comunidade Paiol de Telha (Reserva do Iguaçu) – Guarapuava/PR
<b>MAIO</b>	
03, 04 e 05 de maio	Oficina Territorial 7 – Comunidade Brejo dos Criolos – São João da Ponte/MG
	Oficina Territorial 8 – Comunidade Quilombo Mesquita – Cidade Ocidental/GO
24 e 25 de maio	Encontro Nacional - Brasília



CASA CIVIL



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS



MINISTÉRIO DA CULTURA



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



## ANEXO 5. PARTICIPANTES DAS OFICINAS DA RESEX QUILOMBO DO FRECHAL E QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE

### PARTICIPANTES DAS OFICINA TERRITORIAIS GTA RESEX DO FRECHAL (MA) E RIBEIRÃO GRANDE (SP)

Nº	Nome	Comunidade	Município
<b>OFICINA RESEX QUILOMBO DO FRECHAL</b>			
01	João Batista Sousa Pereira	Santa Joana	Itapecuru Mirim
02	Eliane Frazão Rosa	São Pedro	Anajatuba
03	Elida Carina Santos Torres	Santa Maria	Icatu
04	José Orlando da Conceição da Silva	Barro Vermelho	Chapadinha
05	José Ribamar Tinoco	Santa Maria dos Pinheiros	Itapecuru Mirim
06	Marinete da Conceição de Jesus (Projeto MMA)	Itamatatua	Alcântara
07	Rosymaura da Silva Duarte	Queimadas Novas	Teresina (PI)
08	Maria Rosalinda dos Santos	Tapuio	Teresina (PI)
09	Arnaldo Lima	Custaneira	Teresina (PI)
10	José Clemildo de Souza	Currálinho	Fortaleza (CE)
11	Isabel Cristina Silva e Souza	Caetano em Capuan	Fortaleza (CE)
12	Francinete Pereira da Cruz	Tacauã	Alcântara
14	Acácia Santos Pontes	Boa Esperança II	Serrano do Maranhão
15	Anderson Santos Ribeiro (Projeto MMA)	Entre Rios	Cururupu
16	Celso Isidoro Araújo Pacheco	Joaquim Maria	Miranda do Norte
17	Margarida Mota Ayres	Santo Antônio	Penalva
18	Paulo Darcio Câmara (Projeto MMA)	Bom Jesus	Matinha
19	Raimunda Mafra Sousa	Jamari dos Pretos	Turiacu
20	Célia	Quilombo Acre	Cururupu
21	Ivo Fonseca	Frechal	
<b>OFICINA QUILOMBO RIBEIRÃO GRANDE – ESTADOS VIZINHOS</b>			
01	Sara Pacheco Ventura	Monte Alegre	Cachoeiro de Itapemirim/ES
02	Elimar Barreto dos Anjos	Retiro De Mangarai	Leopoldina/ES
03	Genilda Cassiano	Linhaquinho	Conceição da Barra/ES
04	Ana Beatriz Bernardes Nunes	Maria Conga	Magé/RJ
05	Ivone de Mattos Bernardo	Maria Conga	Magé/RJ
06	André Luis do Sacramento	Quilombo de Mutum	Quissamã/RJ
07	Benedito Bernardo Leite Filho	Alto da Serra do Mar	Lidice/RJ
08	Sandra Maria da Silva Andrade	Carapatos	Bom Despacho/MG
09	Tania Aparecida da Silva Oliveira	Carapatos	Bom Despacho/MG
10	Alba Batista Nascimento	Dilo Barbosa	São Mateus/ES

**RESEX QUILOMBO DO FRECHAL – PODER PÚBLICO E PARCEIROS**

01	Secretaria Munic. de Meio Ambiente		Mirinzal
02	Secretaria Munic. de Agricultura		
03	Gabinete do Prefeito		
04	Secretaria Munic. de Igualdade Racial		
05	Vereadora		
06	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais		
07	Ministério do Meio Ambiente		Brasília
08	Instituto Chico Mendes		Brasília e São Luiz
09	INCRA		Brasília e São Luiz
10	Fundação Cultural Palmares		Brasília
11	Ministério do Desenvolvimento Social		Brasília